

V I L M A B E C H E C O R R E A

**O OBJETO DIRETO NULO NO
PORTUGUES DO BRASIL**

C A M P I N A S
1 9 9 1

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por VILMA BECHE
CORREIA

e apresentada à Comissão Julgadora em

C817o

13300/BC


KAZAWA KATO

URA

V I L M A R E C H E C O R R E A

**O OBJETO DIRETO NULO NO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Departamento da Linguística da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Mary A. Kato
Campinas
1991

à minha família
DEDICO ESTE TRABALHO

meu esposo	EDEMO
filhos	IUAN
	ALEXANDRE
	ANA PAULA
	JOÃO PEDRO
	PATRICIA
noras	KIMIKO
	HERCILIA
netinhos	HENRIQUINHO
	RAFAELZINHO
pais	RAFAEL
	ASSUNTA

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª Dr^ª Mary A. Kato que, mais do que uma orientadora competente, foi uma colaboradora confiável e compreensiva ;

Aos Prof^{es}. Dr^{es}. Fernando Tarallo, Charlotte Galves e Ataliba Castilho pelos magníficos cursos que ministraram e que possibilitaram a concepção deste trabalho;

À Prof^ª Dr^ª Maria Irma Hadler Coudry, cujo estímulo e amizade me encaminharam a este curso de Mestrado;

Aos que me concederam ajuda financeira: CAPES, através da Faculdade "Auxilium" de Filosofia, Ciências e Letras de Lins, e UNICAMP;

Aos meus informantes, que, com verdadeiro espírito de colaboração, aceitaram compor a matéria-prima deste trabalho;

À EEPSEG "Antonio F. dos Santos Junior" de Guaicará, SP, que me ofereceu condições materiais e humanas, informantes e "atores", para que os dados escolares pudessem ser colhidos;

Ao Jairo e à Ruth, sempre atenciosos e prontos a colaborar;

Ao Dr. André Luiz Martin e Teca, que gentilmente me emprestaram seu microcomputador para a redação final;

Às queridas amigas Cássia e Paula pelo apoio moral e pela amizade;

À minha família, que se uniu para me dar suporte e que cresceu comigo durante este curso de Mestrado.

INDICE GERAL

	Página
INDICE DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
INTRODUÇÃO	1
1. Lacuna sintática, um problema para a Linguística	1
2. Lacuna sintática, um problema para a Aquisição	4
3. Delimitação do objeto de estudo	7
4. Objetivos	9
5. Quadro teórico-metodológico	11
5.1. As hipóteses	11
5.2. A metodologia	12
5.2.1. O social e o linguístico	12
NOTAS	16

CAPÍTULO I

O OBJETO DIRETO NULO NO PB: ESTUDOS REALIZADOS E QUESTÕES DESTE TRABALHO

1. O OB NULO NO QUADRO DA TRV	17
1.1. O objeto nulo visto como variável: Huang (1984)	18
1.2. O objeto nulo do português europeu: Raposo (1986)	22
1.3. Primeiro enfoque como <i>pro</i> : Wheeler (1981)	23
1.4. Revendo a análise de Huang: Farrell (1987)	26
1.5. A proposta de Galves (1988/89) : " <i>pro</i> legitimado por predicção e a estrutura frástica do português brasileiro"	30
1.6. A proposta de Kato (em prep.): " Null Pronominal Object in Brazilian Portuguese "	38
2. A ABORDAGEM VARIACIONISTA: VARIAÇÃO INTERNA NO PORTUGUÊS DO BRASIL	39
2.1. Omena (1978): " Pronome Pessoal de 3ª pessoa: suas formas variantes em função acusativa"	39
2.2. Tarallo (1983): " Relativization Strategies in Brazilian Portuguese"	41
2.3. Duarte (1986): " Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil"	41
3. SUBSÍDIOS PARA ESTE TRABALHO	43
NOTAS	45

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

1. PROCEDIMENTOS	48
2. ANÁLISE DOS DADOS	55
2.1. O OB nulo entre os demais objetos	55
2.2. Análise dos fatores condicionantes	59
2.2.1. Tipos de OB conforme sua referência	59
2.2.2. Marcas de concordância na oração que contém o objeto	62
2.2.3. Lugar do antecedente	65
2.2.4. Tipo de oração que contém o objeto ...	68
2.2.5. Contexto Posterior	70
2.2.6. Correspondência entre a função do objeto nulo e a do seu antecedente	73
2.2.7. Os traços <i>humano / inanimado</i> do antecedente	76
NOTAS	77
CONCLUSSES	79
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXO	

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1		
Tipos de objeto nulo de acordo com o referente	60
Quadro 1		
Relação entre frases com concordância e objeto nulo em textos orais	63
Quadro 2		
Relação entre frases com concordância e objeto nulo em textos escritos	63
Quadro 3		
Relação entre frases com concordância e objeto nulo em textos escritos por grau	64
Quadro 4		
Relação entre frases com concordância e objeto nulo em textos orais por grau	64
Quadro 5		
Objeto nulo em textos orais com e sem acúmulo de funções	72
Quadro 6		
Correspondência entre as funções do objeto nulo e seu antecedente	74
Tabela 1		
Formas de objeto direto	55
Tabela 2		
Ocorrência de tipos de objeto direto em textos orais	56
Tabela 3		
Ocorrência de tipos de objeto direto em textos escritos	58
Tabela 4		
Tipos de objeto direto nulo de acordo com o referente	59
Tabela 5		
Referente do OO nulo em textos escritos por série/ grau	61
Tabela 6		
Referente do OO nulo em textos orais por série/grau	61
Tabela 7		
Relação entre frases com concordância e objeto nulo em textos escritos	62

Tabela 8	
Relação entre frases com concordância e objeto nulo em textos orais	62
Tabela 9	
Relação entre frases com concordância e objeto nulo por grau escolar	64
Tabela 10	
Objeto nulo conforme a especificidade do antecedente	65
Tabela 11	
Objeto nulo de acordo com o lugar do antecedente	65
Tabela 12	
Lugar do antecedente do objeto nulo em textos escritos por série/grau	66
Tabela 13	
Lugar do antecedente do objeto nulo em texto orais por série/grau	66
Tabela 14	
Tipo de oração que contém o objeto nulo	68
Tabela 15	
Tipo de oração que contém o objeto nulo em textos orais por série/grau	68
Tabela 16	
Tipo de oração que contém o objeto nulo em textos escritos por série/grau	69
Tabela 17	
Contexto posterior ao objeto nulo	70
Tabela 18	
Ocorrência de OD nulo com acúmulo ou não de funções	71
Tabela 19	
Expressão de objeto nulo em textos escritos e orais por nível escolar com ou sem acúmulo de funções	72
Tabela 20	
Correspondência entre as funções do objeto nulo e seu antecedente	73
Tabela 21	
Objeto direto nulo com antecedente de igual função em textos orais	74
Tabela 22	
Objeto direto nulo com antecedente de igual função em textos escritos	74
Tabela 23	
Objeto direto nulo com antecedente de função diferente em textos orais	75
Tabela 24	
Objeto direto nulo com antecedente de função diferente em textos escritos	75
Tabela 25	
Objeto nulo e antecedentes humano/inanimado	76

RESUMO

O objetivo deste trabalho consistiu em observar como ocorre o preenchimento do objeto direto nulo no PB (Português do Brasil), uma vez que já são notórios seu largo uso na fala e sua escassez na escrita culta brasileira.

Para descrever essa evolução, foram analisados diversos fatores de ordem gramatical, tipo de objeto direto (contrapondo o objeto nulo ao preenchido), lugar do antecedente, tipo de oração que contém o objeto, contexto posterior, o acúmulo ou não de funções pelo objeto direto, marcas de concordância na oração que contém o objeto. Isso porque acreditamos que o preenchimento/não-preenchimento do objeto esteja associado a vários fatores conjugados numa situação particular.

A metodologia utilizada foi a variacionista, embora os fatores em estudo sejam mais de ordem gramatical e o quadro teórico que define o objeto nulo seja de cunho gerativista. Pressupõe-se, segundo Tarallo e Kato (1989), a possibilidade de se estudar a variação intralingüística através de princípios e categorias gramaticais gerativistas, postulados para dar conta da variação interlingüística.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to observe how the filling of the empty direct object position takes place in Brazilian Portuguese, in face of the absence of overt direct object in speech and its presence in educated adult writing.

To describe this process, some factors of grammatical order were raised: types of direct object (including the null and all of the occurring overt ones in the data-base), the position of the null object antecedent, the type of sentence containing this object, its subsequent context, the co-occurrence of other syntactic function in the direct object position, marks of agreement in sentence containing this object. These factors were raised under the belief that null objects co-occur with some associated factors in a particular context.

The approach favoured in the selection of the potential factors intervening with the object of this study is based on a combination of the variacionist methodology and the generative grammar framework. I suppose, according to Tarallo and Kato (1989), the possibility of analysing variable intralinguistic data through generative principles and categories, all of them postulated to explain interlinguistic variation.

INTRODUÇÃO

1. LACUNA SINTÁTICA, UM PROBLEMA PARA A LINGUÍSTICA

Há muito os estudiosos perceberam a relevância dos elementos ausentes para uma boa descrição gramatical. Qual é aquele que, tendo passado dos estudos elementares, não tenha visto o que é uma elipse, um zeugma?

Mais recentemente, essa preocupação tem-se tornado mais marcante, e a teoria linguística já não se contenta em unicamente constatar essa ausência aparente, instigada a desvendar os princípios que a licenciam. A Teoria da Regência e Ligação, nascente na última década, aprofundou a visão do que chamou categoria vazia (CV), propondo mecanismos de identificação e também classificação dessas categorias, focalizando as de cunho nominal, mormente as que exercem o papel de sujeito e de objeto.

Para chegar a uma classificação dessas lacunas (em variável, pro, vestígio e PRO), a teoria trabalhou para combinar características inerentes, como o fato de ter ou não traços de pessoa, gênero, número e caso, com definições funcionais, no contexto sintático. Seriam relevantes nesse contexto principalmente o fato de a CV ser ou não regida.

As categorias vazias, quando bem definidas, constituem um instrumento importante para o estudo da variação interlingüística. Assim, a existência ou não de vestígio e variável é importante, porque essas são categorias vazias relevantes para dar conta de línguas com ou sem transformação de movimento e o pro é importante para distinguir línguas que permitem sujeito ou objeto nulo. Por outro lado, a visão de parâmetro da gramática gerativa dá conta das propriedades que co-variam em uma língua e, portanto, estudar o tipo de elipse que uma língua permite pode desvendar outros aspectos da mesma. Por exemplo, ao estudar a CV objeto no PB, Galves (1984) correlaciona o fato de essa CV ocorrer nessa língua com o fato de ela ser o que E. Pontes (1981) e Li e Thompson (1976) caracterizaram como língua "de tópico", ou o que Huang chamou de "língua orientada para o discurso". Em trabalho posterior (1987), Galves põe em relação língua de tópico e caráter defetivo do elemento de concordância na terceira pessoa: a concordância deixa de ser comprometida com a atribuição de uma referência específica ao sujeito nulo. Como consequência, o tópico é reanalisado como sujeito, como em seu exemplo (1):

(1) As revistas estão xerocando

e no de E. Pontes, citado em Galves (1984):

(2) A Belina cabe muita gente

que são tipicamente frases do PB.

Ao verificar o que de concreto temos nesa área, em relação ao português do Brasil, vemos , no campo teórico, vários trabalhos já publicados, e alguns dedicando-se especialmente ao objeto nulo, aos quais dedicaremos nossa atenção no Capítulo I.0 que se tem notado é que no PB há muitas diferenças entre a língua falada e a escrita. Em seu artigo de 1984, Galves mostra frases que ocorrem na linguagem popular _ exemplo (3), abaixo _, mas que para serem usados na linguagem culta precisam ser reorganizados, como em (4):

(3) a. Maria fez a lista dos convidados, mas esqueceu de incluir ela (exemplo (42) de Galves (1984))

b. Ele viu nós na festa (exemplo (44) de Galves(1984))

(4) a. Maria fez a lista de convidados mas esqueceu de se incluir

b. Ele nos viu na festa

Da mesma forma que o pronome de 3ª pessoa não pode receber interpretação reflexiva e o pronome tônico de 1ª pessoa não pode ser usado como objeto direto, também na linguagem culta o objeto direto não deve aparecer vazio, como em (5), se sua interpretação for determinada:

(5) Esqueceu a carteira na mesa e voltou para pegar 0 .

Se já há trabalhos teóricos formais envolvendo a CV objeto e também trabalhos quantitativos, em perspectiva não gerativista (cf. Cap. I, 1. e 2.), o que pretendo fazer é um estudo de aquisição envolvendo esse objeto definido e identificado dentro do quadro gerativista e usando suas hipóteses na montagem dos grupos de fatores condicionantes para sua análise. Metodologicamente, o trabalho se enquadra dentro da perspectiva de Tarallo e Kato (1989), para quem é possível combinar os dois modelos de forma proveitosa para a descrição de línguas.

A criança inicia sua escolaridade, depois de ter passado toda a 1ª infância usando uma grande quantidade de construções com objeto nulo e, no decurso do aprendizado da escrita e do português culto, adquire o uso do objeto preenchido. Observando nos dados empíricos o objeto nulo, estarei ainda numa posição privilegiada para examinar outros comportamentos sintáticos da frase brasileira, reforçando alguns pontos já mostrados pela teoria e, quiçá, dando alguma contribuição para o estudo das relações intralingüísticas no PB.

2. LACUNA SINTÁTICA: UM PROBLEMA PARA A AQUISIÇÃO

Ao examinar a fala de crianças de dois anos, e até mais novas que já falam, encontraremos quase que a maioria de frases de verbo transitivo com objeto nulo. Os exemplos (6) e (7) são de Raquel (2) com 1 ano, 8 meses e 25 dias e 1 ano, 10 meses e 23

dias, respectivamente:

(6) RA: Esse aga

Mãe: Ahn?

RA: Ense Ø (=Enche [a banheirinha])

(7) Mãe: O fio no seu sapato? Não consegue passar? O fio tá no seu sapato?

RA: Tá

Mãe: Espera um pouquinho. Pronto!

RA: Tila Ø aqui.

Em contraposição, na fala dos adultos com escolaridade de 3º grau, os objetos nulos rareiam bastante, estando praticamente ausentes na escrita culta, como o estudo mostrará.

Se a teoria já percebeu que há língua de objeto nulo e língua de objeto não-nulo, em qual delas devemos colocar o PB? Será que, ao preencher o objeto nulo anafórico (3), a criança está procedendo a uma refixação de parâmetro? Isto é, depois de ter escolhido o valor [+ objeto nulo] para sua gramática, a criança muda o valor positivo para negativo?

Essas e outras questões correlatas ainda estão em aberto na área da teoria gerativa que trata da aquisição da linguagem. Note-se que, mesmo usando muitos objetos nulos de início, o escolar também preenche essa posição sintática, como em (8) e (9):

(8) "... e foro atrás do ladrão aí pegô o ladrão e..." (1ª série)

(9) "... e a moça casou a boça e no axou a boça" (1ª série)

(= ... e a moça caçou a bolsa e não achou a bolsa)

Por outro lado, mesmo preferencialmente preenchendo a posição de objeto, o adulto culto ainda pode deixá-la vazia como aconteceu em (10):

(10) " ...e eles saíram à procura do rapaz. Quando encontraram Ø , levaram Ø para dentro da lanchonete..."

(3º grau, transcrição)

Diante disso confrontei-me com o problema da delimitação do corpus. Pressupondo ser a escolaridade um dos fatores sociais de maior peso para a aquisição do sistema escrito, de maior prestígio, voltei-me para o que acontece nas oito primeiras séries escolares, com a convicção de que, no contraste entre as séries iniciais e a escolaridade de 3º grau completo, encontraria gramáticas distintas e, no percurso entre ambos, descobriria alguns elementos que esclareçam como se dá a mudança da língua infantil oral para a culta, oral e escrita, e, inversamente, deduzir, através dessa análise, como o PB tem evoluído pela ação mais da fala do que da escrita e mais através das crianças do que dos adultos. Para tanto, o estudo de dados empíricos, colhidos nessas duas faixas de escolaridade (4) podem dar uma noção, se não completa pelo menos objetiva, da ação da escola nesse processo, que é histórico, mas é também social.

3. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa tem mostrado que o objeto nulo referencial é uma opção de gramática universal, podendo, entretanto, não se manifestar em todas as línguas.

Huang (1984) anuncia a existência de um tópico nulo ligando uma variável em posição de objeto, nas línguas de tópico, como o chinês e o PB, cujos exemplos extraídos de Huang apresentamos, respectivamente, em (11) e (12):

(11) \emptyset_i , John-ga [Bill-ga e_i settekusuru] to omotte iru

(12) \emptyset_i , John disse que Bill viu e_i (5)

Mas, o inglês não aceita esse tipo de objeto, como vemos em (13), num exemplo também de Huang:

(13) * \emptyset_i , John said that Bill saw e_i

Quanto ao uso do objeto nulo, o inglês assemelha-se ao italiano. Rizzi (1986) mostra que o argumento de alguns verbos em italiano pode ocorrer sem conteúdo fonético. Esses argumentos, no caso apenas de referência arbitrária, são sintaticamente ativos, agindo como controladores ou como vinculadores de uma posição em estrutura subordinada, como se vê em (14):

- (14)a. Questo conduce la gente alla seguente conclusione
 b. Questo conduce _ alla seguente conclusione
 c. Questo conduce la gente a [PRO concludere quanto segue
 d. Questo conduce _ a [PRO concludere quanto segue
 (exemplos (8) de Rizzi) (6)

Em (14) b. e d., um objeto direto controlador está vazio e, mesmo assim, as frases são tão gramaticais quanto as (3)a. e c., em que esse argumento está preenchido.

O mesmo acontece em (15):

- (15)a. La buona musica riconcilia _ com se stessi
 b. Um bravo psicanalista può restituire _ a se stessi
 (exemplos (11) de Rizzi)

Nesses exemplos, "se stessi" (= themselves) é um reflexivo plural tendo como antecedente um objeto vazio.

O objeto nulo de referência arbitrária, como em italiano, pode ocorrer também em inglês, como se vê no exemplo (16):

- (16) This leads (people) to the following conclusion
 (exemplo (1) de Rizzi)

Também Raposo (1986) mostra que o PE e as demais línguas românicas têm um comportamento diferente do PB, quanto ao objeto nulo. Frases como (17) do PB, extraída da exemplificação de Ra-

POSO,

(17) a Joana viu e na TV ontem

são agramaticais nas outras línguas românicas e no inglês, nos quais um clítico ou um pronome é exigido no lugar da CV. Enquanto no PE essa CV se comporta como variável, no PB ela se comporta como pro.

Neste trabalho, embora tenha sido também uma preocupação detectar a porcentagem e o contexto de ocorrência do objeto nulo de referência arbitrária, centralizaremos a discussão em torno do objeto nulo pronominal de referência determinada. Quando mencionarmos o objeto nulo, não estaremos tampouco incluindo variáveis em frases interrogativas, com movimento de Qu-, como em (19):

(18) O que_i você disse que Maria comprou e_i?

4. OBJETIVOS

Empreendendo, na perspectiva de Tarallo e Kato (1989), uma pesquisa empírica feita através de conceitos definidos a partir

de um quadro teórico de cunho gerativista, esta dissertação objetiva:

a) apresentar os trabalhos que tanto a teoria gerativa como a pesquisa variacionista já produziram sobre o assunto;

b) descrever a gama de variações do objeto desde o preenchido por nomes até o nulo, passando pelos pronomes e clíticos;

c) caracterizar o contexto sintático que acompanha o objeto nulo, através da apresentação de um quadro de fatores condicionantes de sua ocorrência;

d) caracterizar o contexto social _ nível de escolaridade, com a idade implícita _ correlacionado com a presença/ausência do objeto nulo.

Em síntese, o que se procura são evidências para responder à seguinte pergunta: quando o falante do PB chega a preencher a posição vazia do objeto direto, podemos afirmar que houve ou não houve uma refixação de parâmetros, isto é, os dados dos dois grupos _ criança e adulto escolarizado _ constituem ou não a manifestação de gramáticas diferentes? Como o falante vem a preencher o objeto nulo, tão abundante em sua fala inicial?

5. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

5.1. AS HIPÓTESES

As idéias principais que orientaram este trabalho surgiram inicialmente da visão teórica de Galves (1989), segundo a qual o comportamento variante do objeto direto no PB pode ser explicado por uma estrutura apenas, estrutura essa diferente da subjacente ao PE e às línguas românicas em geral.

A comprovação dessa hipótese exige que se mostre como ocorre essa transformação histórica e social. Histórica, porque, de uma forma ou de outra, o PB, que se originou do PE, dele tem-se distanciado. Social, porque essa evolução tem sido processada, como sempre tem mostrado a pesquisa sociolinguística, pelo uso oral e pelos jovens, ficando a escrita culta com o papel conservador, fomentado tradicionalmente pela escola.

Como o preenchimento do objeto nulo envolve a aquisição de novos comportamentos lingüísticos, se ficar comprovado que há uma refixação de parâmetros na linguagem culta, ficam também envolvidos, neste trabalho, conceitos da Teoria Gramatical, na qual se encontram hipóteses sobre como a criança adquire a linguagem.

5.2. A METODOLOGIA

Para observar com um mínimo de objetividade a variação gramatical, a metodologia mais adequada que encontrei foi a pesquisa sociolinguística da forma como se apresenta atualmente. E, para melhor explicar e também justificar a concepção metodológica do trabalho, que alguns chamariam de híbrida, faço a seguir uma síntese da evolução dos estudos nessa área, para mostrar que sintaxe e variação não podem mais ser consideradas pólos dicotômicos.

5.2.1. O SOCIAL E O LINGÜÍSTICO

A dualidade contida no termo "sociolinguística" tem sido motivo de disputa entre os estudiosos da linguagem, uns focalizando mais o aspecto lingüístico, outros mais o social. Muita literatura foi escrita e muitos trabalhos realizados, no intuito de delimitar o objeto de estudo e os métodos de trabalho dessa ciência, tendo como saldo uma evolução que caminha do mais social para o mais estrutural, trajeto esse também percorrido por Labov, hoje considerado o grande nome da área.

Os trabalhos iniciais dão preponderância ao lado social do evento comunicativo, como os de Hymes (1964), que, exceção feita a divergências individuais, pode ser alinhado na lingüística interacional com Fishman (1969) e Goffman (1964), os três editados em 1972 em LANGUAGE AND SOCIAL CONTEXT (cf. Bibl.).

O enfoque de Hymes (1964) recai sobre os componentes dos eventos. Através de interpretação, avaliação e seleção de atividades culturais de uma dada comunidade, no centro das quais coloca a linguagem, Hymes procura definir o papel da mesma em associação com a visão de mundo do falante. Fishman (1969) está mais próximo de Hymes do que de Labov e faz uma sociologia descritiva da linguagem: quem fala (ou escreve) que linguagem (ou variedade de linguagem) a quem e quando e para quê. Trabalhando com comunidades indígenas, Hymes pretendeu elaborar uma gramática da cultura, a partir da rede de relações culturais. Para Goffman (1964), que trabalhou com grupos em manicômios e cassinos, as variáveis sociais, todas elas, têm efeitos; inclusive é preciso levar em conta até mesmo quem não está falando, numa situação de fala.

Até fins da década de 60, a linha de trabalho fluía nesse sentido, sendo a noção de variável associada a um novo sentido social ou estilístico, o que equivalia, na prática, a associá-la a idade, sexo, escolaridade, classe social, ..., visando a uma estratificação sociolinguística num contexto espontâneo da língua vernacular. Gradualmente, no entanto, a significância das restrições gramaticais foi atraindo a atenção dos sociolinguistas e dirigindo seus esforços para uma avaliação mais acurada das restrições variáveis, o que direcionou estudiosos, como Labov, a traçar um caminho inverso ao de Fishman: ao invés de começar pela rede de relações culturais, preferiam iniciar pela análise linguística e, a partir daí, chegar à interpretação dos aspectos extralinguísticos da questão. Desaparece a predileção exclusiva pela variável fonológica, considerada a melhor (Lavandera, 1977) pa-

ra transmitir informação sociolinguística, e surge a preocupação com o léxico e a sintaxe. Labov (1972) lança, então as bases da gramática pandialetal, uma gramática coletiva, mas não universal, diferindo, portanto, da gramática inatista de Chomsky e também da gramática cultural, uma vez que sua preocupação é com o aspecto linguístico da situação, só utilizando os sociais amplos quando exauridos os internos.

Essa gramática coletiva encontrou opositores como Bickerton, que afirma serem os resultados do indivíduo mascarados pelos do grupo. Para refutar essa colocação, surgem trabalhos como os de Guy (1980) sobre o cancelamento de <t,d> do inglês, devido a condicionamento gramatical e fonológico posterior; os de Poplack (1980) e Flores (Flores e outros, 1983) sobre o cancelamento de <s> em espanhol, seguindo a hipótese funcionalista; os de Sankoff, cujo texto "The Social Life of Language" (1980) se tornou um clássico do paradigma quantitativo.

Embora ainda continuem a aparecer pesquisas linguísticas de cunho etnográfico e o próprio Labov tenha estudos nesse estilo, como aquele sobre a linguagem dos guetos, os "peer groups", "The Linguistic Consequences of Being a Lame", e embora essa gramática da comunidade, como a chamou Downes (1984) - em oposição à gramática da competência - não seja considerada psicologicamente real, por não haver competência de grupo, essa opção pelos fatores internos ganhou força, e a Sociolinguística transformou-se em Teoria da Variação, uma teoria que, se não atinge a gramática universal, apresenta elementos para uma melhor compreensão e aperfeiçoamento da mesma.

Como vemos, a disputa entre o individual e o social prossegue por força da própria amplitude do contexto da linguagem: os sociais amplos, os conversacionais restritos (apud Downes, 1984) e o contexto lingüístico interno, todos são importantes. Afinal, como afirma o próprio Labov (1972 a), "nem todas as mudanças são altamente estruturadas e nenhuma mudança acontece no vácuo social".

Ao fazer um trabalho variacionista de cunho sintático, acreditamos que, se numa dada língua ocorrem variações, estas são o resultado conjugado de fatores lingüísticos e sociais em interação. Cabe-nos, como estudiosos da linguagem, superar divergências teóricas e, partindo de conceitos rigorosos da teoria lingüística e análise de dados empíricos, chegar a uma visão a mais objetiva possível dos fatores, quer lingüísticos, quer sociais, que estão em jogo.

Mais especificamente falando, ao definirmos as línguas do ponto-de-vista da teoria da variação, estamos sujeitando a aplicação de determinadas regras locais a fatores condicionadores. Se levarmos a bom termo uma proposta dessa natureza, estaremos quebrando preconceitos, como o de que as análises empiricistas e as "racionalistas" não possam ser compatíveis entre si, como já propuseram anteriormente Tarallo e Kato (1989).

Dada a concepção metodológica da pesquisa, partiremos inicialmente para os estudos formais sobre o objeto nulo nas línguas naturais e, em seguida, para os estudos sobre a variação interna no PB (Cap. I), no que diz respeito à variação entre objeto nulo e objeto preenchido, para , a partir dos "insights" dos primei-

ros, construir as hipóteses que levarão a uma escolha criteriosa de fatores (Cap. II), os quais serão trabalhados na linha da variação.

NOTAS:

<1> A teoria, no momento, encontra-se preocupada em observar o adjunto e as categorias nucleares.

<2> Trata-se da menina Raquel, cuja fala gravada pela mãe, a Prof^ã Dr^ã Ester M. Scarpa, pertence ao acervo do Projeto de Aquisição da Linguagem da UNICAMP.

<3> O termo "anafórico" deve ser entendido nesta dissertação em seu sentido amplo, na acepção de Halliday e Hasan (1976), como elemento semanticamente associado a um co-referente no discurso. Isto salvo notificação em contrário.

<4> Para observar dados referentes ao 2º grau, podemos nos remeter a Duarte (1986) (cf. Bibl.), que se ocupa dessa faixa escolar.

<5> Mantivemos o símbolo [e] (=empty) do autor.

<6> O objeto nulo é representado por Rizzi com um espaço e assim o mantivemos.

C A P Í T U L O I

O OBJETO DIRETO NULO NO PORTUGUÊS DO BRASIL: ESTUDOS REALIZADOS E QUESTÕES DESTE TRABALHO

1.0 OBJETO NULO NO PB NO QUADRO DA TRV:

Inicialmente para a gramática gerativa o importante eram os sistemas de regras. A partir de 1981, com a evolução desse modelo, a TRV (Teoria de Regência e Vinculação) constrói-se através de princípios e parâmetros. Com isso pode-se dar conta do que é imutável e do que varia na comparação entre línguas. O que se aplica às sentenças de todas as línguas são os princípios. Quando uma sentença não se enquadra num dado princípio, dizemos que ela é agramatical. Os princípios são a parte inata da linguagem. O que varia entre as línguas se encaixa na noção de parâmetro. Num parâmetro há sempre duas propriedades das línguas que se opõem, uma positiva e outra negativa. Podemos, por exemplo, parametrizar as línguas como [\pm sujeito nulo], conforme as línguas possam ou não admitir sujeito não-preenchido, inversão sujeito/verbo, enfim todo o contexto que cerca um sujeito não-preenchido.

No estudo em questão, a teoria tem procurado, a partir dos estudos pioneiros de Huang (1984), parametrizar as línguas quanto ao uso ou não do objeto nulo em línguas [\pm objeto nulo], procurando as circunstâncias que co-ocorrem com esse objeto. Isso porque um parâmetro envolve sempre um conjunto de características interligadas.

1.1.0 OBJETO DIRETO NULO VISTO COMO UMA VARIÁVEL: HUANG (1984)

Huang (1984) classifica as línguas em orientadas para o discurso e orientadas para a sentença, ou seja, "línguas quentes" e "línguas frias", na acepção de Ross (1982) (1). O PB se encaixaria entre as línguas orientadas para o discurso ou "línguas frias".

Seu artigo tem como objetivo examinar o comportamento das línguas em relação ao fenômeno pro-drop. Examinando as posições de sujeito e de objeto, Huang percebe uma assimetria entre elas. Com relação ao sujeito, observou que as línguas "cool" (como o chinês) e "medium" (como o italiano) omitem o sujeito, mas que as línguas "hot" (como o inglês) não o fazem. Esse fato não pode ser explicado pela concordância, porque o chinês, que não a tem, se comporta como pro-drop. Quanto ao objeto direto, este pode ser apagado nas línguas "frias" apenas, como o chinês, o que leva Huang a questionar o parâmetro pro-drop, porque, segundo esse autor, a "Generalização de Taraldsen" (2) não explica o apagamento do objeto direto no chinês, língua sem concordância quer sujeito-

verbo, quer verbo-objeto. Para ele o que está em jogo aí não é o fenômeno pro-drop _ denominação, aliás, que deve se restringir ao sujeito _ e cria, então um novo parâmetro para explicar os fatos: línguas de objeto nulo e línguas de objeto não-nulo.

Na análise de Huang, o PB comporta-se como o chinês, apagando tanto sujeitos como objetos diretos nulos. Ele mostra como essas línguas recuperam o conteúdo das elipses no discurso. Frases isoladas, que poderiam ser consideradas agramaticais, num contexto adequado, tornam-se gramaticais, como acontece em (19):

(19) Speaker A: Shei Kanjian-le Zhangsan?

" Who saw Zhangsan?"

Speaker B: Zhangsan semo Lisi kanjian-le e (e= "empty" =CV)

" Zhangsan said Lisi saw him"

(exemplos (24) de Huang)

Na frase do falante B, segundo Huang, "Zhangsan" não é o antecedente de [e], mas apenas um co-referente. O antecedente é o "Zhangsan" do falante A.

Com base nesse exemplo, Huang afirma que línguas orientadas para o discurso admitem um tópico do discurso, que pode ser nulo.

Huang defende a hipótese de que o objeto direto nulo em português é uma variável e não um pronominal, em frases como a (20):

(20) Se você não gosta desse vestido_i, não compra e_i

(exemplo (102) de Huang)

Nessa frase, a CV de uma cláusula está coindexada com um argumento da outra, o que seria motivo para se dizer que essa CV é pro. Mas para Huang isso não é certo, porque o argumento coindexado não c-comanda a CV e essa propriedade de coindexar sem c-comandar condiz com a concepção de uma variável. Como variável, ela é uma expressão-R, no sentido da TRV (Teoria da Regência e Vinculação), assim como um SN lexical: não pode ser A-ligada e pode ser coindexada com argumentos sem c-comando.

Para Huang essa CV não pode ser pronome. Para demonstrar isso, lança mão da RCG (Regra de Controle Generalizado), conjuntamente com a RD (Regra de Referência Disjunta). A RCG, que se aplica só às CVs, manda "coindexar um pronominal com o elemento nominal mais próximo", e a RD afirma que "um pronome tem de estar livre na sua categoria de regência (3), como no Princípio B de vinculação de Chomsky. Essas regras explicariam a agramaticalidade das frases b. nos exemplos (21), (22) e (23):

(21)a. João_i disse que e_i viu o Pedro

b. * João_i disse que Pedro viu e_i

(22)a. João_i sabe que e_i gostaria de conhecer a Maria melhor

b. * João_i sabe que a Maria gostaria de conhecer e_i melhor

(23)a. João disse à Maria_i que gostaria de conhecê-la_i melhor

b. * João disse à Maria_i que gostaria de conhecer e_i melhor

(exemplos (28)-(30) de Huang)

Nas frases a., o sujeito vazio encaixado pode ser vinculado ao sujeito da matriz (ou a um tópico discursivo), mas, nas fra-

ses b., o sujeito vazio não pode fazer isso, nem com o sujeito nem com o objeto da matriz. A coindexação permitida pela RCG é bloqueada pela RD, já que o SN mais próximo é o sujeito da encaixada, que está na mesma categoria de regência que o objeto nulo. Para Huang esse bloqueio mostra que o sujeito nulo não é pro e sim uma variável.

Como as análises futuras vão mostrar que essas frases são gramaticais dentro de um contexto apropriado, podemos concluir que a RCG não é válida para esses dados.

Com toda essa discussão em torno da comprovação de que o objeto nulo não é pronome, Huang quis chegar à conclusão de que, se o chinês admite o tópico nulo e as outras línguas não, a diferença não é pelo parâmetro pro-drop, mas sim pela admissão ou não do tópico nulo ligando uma variável. (4)

Restam ainda as sentenças "agramaticais" em suas análises, que nós, falantes nativos, consideraremos bem formadas, se o objeto vazio se vincular a um antecedente qualquer fora de S. é o caso do exemplo (24):

(24) * João disse à Maria_i que gostaria de conhecer e_i melhor
(exemplo (30)b. de Huang)

A aparente agramaticalidade de frases como essa vai ser desvendada na evolução da análise do objeto nulo como pro, como veremos em Farrell(1987) e Galves (1984/1989).

1.2. O OBJETO NULO DO PE: RAPOSO (1986)

Embora se preocupe mais especificamente com o PE, há pontos em Raposo(1986) que nos interessam para o PB.

Raposo segue a linha de Huang, na classificação do objeto nulo, definindo-o como variável. Existe, em sua análise, um tópicó nulo, fora de S, e um operador nulo em Comp, vinculando a CV objeto. Esse objeto é uma variável, um vestígio deixado por uma regra de movimento. O exemplo a. abaixo,

(25)a. a Joana viu e na TV ontem

b. a Joana viu-os na TV ontem (exemplos (1)a.b.de Raposo)

tem a seguinte estrutura S :

Top [e]_i [S OP_i [S a Joana viu t_i na TV ontem]]

Nessa estrutura, a variável em posição de objeto resulta de um movimento aplicado na sintaxe, pelo movimento de uma CV (PRO) gerada na base à posição de Comp da cláusula matriz, onde se transforma num operador nulo. Isso é feito ciclicamente, obedecendo à subjacência.

Ao comparar frases do PE de Raposo às do PB, constatamos que há divergências quanto à gramaticalidade entre as duas línguas. O exemplo (26) é perfeitamente gramatical no PB num contexto adequado:

(26) * Que a IBM venda e_i a particulares surpreende-me
 (exemplo (18) de Raposo)

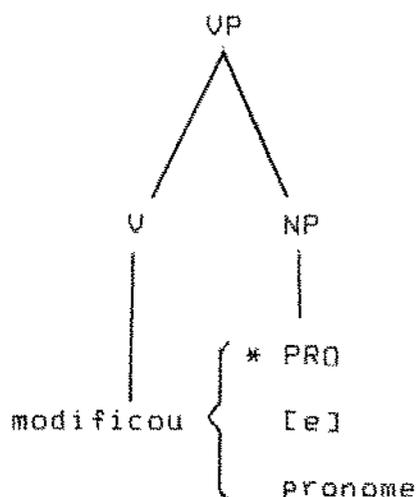
Se o PB parece violar a subjacência num comportamento diferente do PE, como constata Raposo, as análises que defendem o objeto nulo como variável no PB devem ser revistas.

A defesa do objeto nulo como pronominal parece ser o melhor caminho para o PB, a partir daqui, uma vez que a interpretação dessa CV como variável não dá conta dos dados do Brasil, embora se encaixe bem para os do PE e do inglês. É o que vamos ver em Farrell (1987) e Galves (1984/1989), após a primeira colocação nessa linha, feita por Wheeler (1981).

1.3. PRIMEIRO ENFOQUE COMO pro: WHEELER (1981)

A história da hipótese do não-movimento, com o objeto vazio do PB interpretado como um pro, pode ser iniciada a partir de Wheeler (1981). Sua hipótese é anterior à TRV, mas a pesquisadora já afirma que o problema da caracterização da natureza desse objeto é sintática. Wheeler retoma Chomsky (1979) e apresenta três opções permitidas para o NP, entre as quais deve estar a categoria básica do objeto nulo:

a) O PRO ficou imediatamente excluído, uma vez que não pode ser governado e o objeto nulo é. Essa impossibilidade foi demonstrada pelo esquema abaixo:



Além disso, PRO pode ser controlado. Se o exemplo (27) for submetido a controle local, o sentido se altera:

- (27) Eu acho que ela_j modificou \emptyset_i
 Eu acho que ela_i modificou \emptyset_i

(exemplo (21) de Wheeler)

b) A opção pelo NP vazio gerado na base também foi excluída devido a dois obstáculos: (i) os verbos em questão são todos obrigatoriamente subcategorizados por um NP lexical em posição th- e, por simetria, posições vazias correspondem a posições não-th-; (ii) a posição de objeto determina concordância adjetival. Como explicar a concordância de exemplos como o (28), se o objeto é um NP vazio gerado na base?

- (28) Eu assisti umas peças maravilhosas no Rio
 Eu assisti umas \emptyset maravilhosas no Rio

(exemplo (33) de Wheeler)

c) A pesquisadora optou pelo pronome, porque os pronomes são sujeitos a condições pragmáticas de recuperabilidade de uma forma que os nomes não são. Esse pro, segundo ela, é o resultado do apagamento, no PB, do pronome sujeito de 3ª pessoa usado como objeto com as características [- pessoa] <5> e [± animado], que não são próprias das outras línguas românicas. Para Wheeler, as demais línguas românicas não usam o objeto direto nulo por não terem esse tipo de pronome lexical de 3ª pessoa. Sem esse pronome (só com o clítico), não pode haver o apagamento, como se vê nos exemplos (29):

(29) (BP) Manda o pacote por correio

Manda ele por correio

Manda Ø por correio

(Fr) Envoie-le par la poste

* Envoie lui par la poste

* Envoie Ø par la poste

(It) Spediscilo per la posta

* Spedisci lui per la posta

* Spedisci Ø per la posta

(Esp) Mándalo por correo

* Manda el por correo

* Manda Ø por correo

(exemplos de Wheeler)

Resumindo, o objeto nulo para ela é um pro, resultado da regra de apagamento

$$\text{Pron} [- \text{ pessoa}] \implies \emptyset$$

Para Wheeler esse apagamento se justifica devido às condições de recuperabilidade de pro no discurso.

1.4. REVENDO A ANÁLISE DE HUANG: FARRELL (1987)

A proposta de análise do objeto nulo do PB como variável por Huang encontrou oposição em Farrell (1987), que tem dois objetivos em seu artigo "Empty Objects in Brazilian Portuguese": argumentar contra a proposta de variável e a favor de pro para o PB. Nesse artigo, F. procura demonstrar que, embora a anáfora nula possa ser correlacionada com o fato de a língua ser de tópico, em línguas como o chinês e o PB, a explanação sintática de Huang para essa correlação é inaceitável.

Inicialmente discute a aparente violação de cruzamento forte em exemplos de Huang, quando a frase, estando num contexto discursivo adequado, é gramatical, como é o caso de (30):

- (30) a. Todo mundo diz que Maria beijou Pedro_i depois do baile
 b. OP_i Mas ele_i insiste que ninguém beijou e_i
 (exemplos (5)a,b. de Farrell)

Essa aparente violação não poderia ser explicada com o objeto nulo sendo considerado uma variável. Para ele a frase é gramatical, porque não há movimento, ao contrário do que acontece com (31):

(31) * Who_i did he_i say that Peter saw e_i?

(exemplo (6) de Farrell)

Para ele (30) é gerada na base com pronome nulo na posição de objeto e operador nulo fora de S.

Se há movimento, como em (31), há violação da condição de cruzamento. Isso, afirma ele, acontece mesmo na presença de um tópico, como em (32), onde não temos movimento:

(32) * Pedro_i, ele_i insiste que ninguém beijou e_i

(exemplo (7) de Farrell)

Outro problema que ele analisa é o do objeto nulo em orações adjuntas nos dados do PB, como se vê em (33) e (34):

(33) a. Os pintores pintaram as paredes_i sem que (as)_i lixassem

b. As paredes_i foram pintadas (pelos pintores) sem que

(as)_i lixassem (6)

(34) a. A bola_i caiu da mesa sem empurrarmos e_i

b. João_i não trabalha mais aqui porque demitimos e_i

c. O cachorro_i só me mordeu depois de eu chutar e_i

(exemplos (10) e (11) de Farrell)

Com esses exemplos ele mostra que pode ocorrer a coindexação do objeto nulo tanto com o sujeito como com o objeto da matriz, estando o mesmo regido por tipos diferentes de verbos (finito, não-finito, subjuntivo).

Segundo F., se observarmos (35), poderemos ver que as condições que provocam a agramaticalidade dessa frase estão presentes nos exemplos acima, que são gramaticais:

(35) * João_i disse que Pedro viu e_i

(exemplo (4)b. de Farrell)

A gramaticalidade dessas cláusulas adjuntas é problemática, porque, em frases com extração de Wh-, o PB obedece às condições de ilha (cf. (36)a.b.c. abaixo), que, em cláusulas adjuntas, são violadas:

(36)a. O fato de eu ter lixado as paredes não foi reparado

b. * O que_i o fato de eu ter lixado e_i não foi reparado?

c. As paredes_i foram pintadas sem o fato de eu ter lixado e_i ser reparado

(exemplos (20)a.b.c. de Farrell)

Esses contrastes, para Farrell, demonstram que a explicação por movimento com operador nulo não dá conta dos dados do PB. Sua proposta é considerar o objeto nulo um pro, para solucionar todos esses problemas, porque:

(i) pro obedece ao Princípio B da TRU

(ii) suas possibilidades referenciais são idênticas às dos pronomes lexicais e

(iii) está em variação livre com o pronome lexical <7>

Outro ponto que Farrell pretende demonstrar é que o pro objeto estabelece um tipo de relação capaz de autorizar sua presença e recuperar seu conteúdo. Utilizando-se dos princípios de autorização ("licensing") e identificação ("identifying") de Rizzi (1986), propostos para o italiano, adapta-os ao PB. Lembremos aqui que o objeto direto nulo do italiano é de caráter arbitrário, o que significa, para Rizzi, [+humano], [+genérico] e [+plural].

Pela teoria de Rizzi, os complementos são regidos estritamente por categorias X^0 , escolhidas por cada língua. No caso do objeto nulo, essa categoria é o V, que Farrell também propõe para o objeto nulo determinado do PB.

O que enfraquece a proposta de Farrell é a forma de identificação desse pro. Em italiano, uma língua de clítico, ela se faz através de uma cadeia tópica formada ou por "tópico forte" (o constituinte inicial, discursivo) ou por "tópicos fracos", que são os clíticos que mantêm a identificação do tópico inicial. Esse clítico, em italiano, pode ser apagado e, mesmo assim, o pro poderá ser identificado na cadeia. O problema da transposição dessa hipótese para o PB é a comprovada ausência do clítico de 2ª e 3ª pessoa no Português do Brasil. <8>

Essa questão é mais a violação do cruzamento forte em frases como (29), que, na hipótese de Farrell, permanece sem explicação, uma vez que essa frase é gramatical no PB, constituíram um problema para os teóricos do PB, para cuja solução Galves (1988) apresenta uma versão explicativa.

Temos, então, até aqui que a proposta mais viável para caracterizar o objeto nulo é pro, mas ainda há problemas teóricos a serem resolvidos como o da identificação do pro-objeto. Mas temos ainda um conjunto de trabalhos de Galves (de 1984 a 1989), que tenta dar uma explicação através de uma estruturação particular para a frase do PB, que passo a resenhar a seguir.

1.5. A PROPOSTA DE GALVES (1988/89): "PRO LEGITIMADO POR PREDICAÇÃO E A ESTRUTURA FRÁSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO"

Depois de ter passado por várias hipóteses desde 1984, Galves reassume a idéia mais plausível, a de que o objeto nulo é pro. O problema da legitimação desse pro é então discutido numa análise formal do conjunto dos fatos, em que concilia as idéias já ventiladas nas análises anteriores: a de que o objeto nulo é pro, porque o PB é "língua orientada para o tópico" e a de que isso é possível porque, como língua de tópico, nela INFL se comporta como predicado. Em resumo, no PB, pro é autorizado por predicação.

Para fundamentar sua hipótese ela considera que tem de mostrar a especificidade da estrutura frástica do PB e mostrar que as restrições sobre o aparecimento de pro objeto decorrem de con-

dições gerais sobre a predicação, articulados a outros princípios gerais da teoria.

A estrutura (37) abaixo (de 1987) apresentava problemas, porque o antecedente da anáfora não estava incluído no INFL" mínimo, como exigia a TRV. Nessa época, ela resolvia o problema nos termos de Chomsky (1986a); o vestígio é vinculado no mínimo "Complexo Funcional Completo" (9) que o contém, sendo PRO o sujeito deste. Mas a noção de movimento tornava essa análise muito problemática e (37) foi modificada para (38), não havendo mais uma relação de antecedente/anáfora e sim uma relação de sujeito de predicado com variável de predicado, nos termos de Williams (1980).

(37) [INFL"PRO_i [INFL"Joana viu t_i

(38) [INFL" PRO [INFL" SN V pro

Dessa forma, espera-se que a relação entre o sujeito e sua variável não seja submetida às relações de localidade que restringem o movimento, podendo PRO ser separado de pro por mais de uma categoria INFL".

Para G., essa estrutura permite indagar sobre a posição do SN sujeito do verbo, se há ou não dois sujeitos em (38) e propõe para as "línguas de tópico" uma distinção entre o sujeito da predicação e o argumento externo do verbo, que ela representa em (39) (especificador de INFL") e (40) (especificador de V"), respectivamente:

(39) [INFL" SN [INFL' INFL V"

(40) [INFL" INFL [V" SN [V' V pro

G. assume aqui duas propostas de Rouveret para o PB : AGR (concordância) é gerado diretamente como afixo de V e INFL domina exclusivamente [Tempo]. Ela tem como hipótese que essa dissociação de Tempo e AGR e a externalidade do sujeito da predicação em relação a INFL" são propriedades das línguas de tópico.

No entanto, essa análise, que justifica a agramaticalidade de

(41) PRO_i [INFL" João_k disse a Maria_i que [gostaria de ver e_i
(exemplo (27) de Galves (1989))

pela violação do princípio C (coindexação de "Maria" com PRO), dadas a posição regida da encaixada e a nova definição de sujeito, previa também a possibilidade de (42):

(42) PRO_i [INFL" ele_i insiste que [ninguém beijou e_i
(exemplo (28) de Galves (1989))

que tem um pronome como sujeito do verbo principal.

Na verdade, mesmo substituindo "ele" por "João", a frase continua inaceitável. Neste caso, Galves solucionava o impasse atribuindo para "João_i insiste que ninguém beijou e_i" duas estruturas: uma bem formada, com "João" fora de V", e outra mal-formada, com "João" em V". A solução eram as duas posições para o sujeito.

Mesmo assim, ainda havia o problema de a solução encontrada não poder aplicar-se aos casos em que o antecedente da CV é o complemento e não o sujeito do verbo principal, porque o problema dessa análise é que ela perde a noção de que a relação entre a CV objeto e seu antecedente é local, no âmbito do CFC, que inclui também o sujeito externo.

A melhor solução para a análise da CV objeto tem de compatibilizar, pois, as múltiplas e contraditórias facetas desse objeto, que parece ser, ao mesmo tempo, pro (livre no domínio do sujeito temático), anáfora (depende de outro elemento) e variável (de um predicado). É o que G. procura fazer em seu texto de 1989 (cf. Bibl.) e que veremos a seguir.

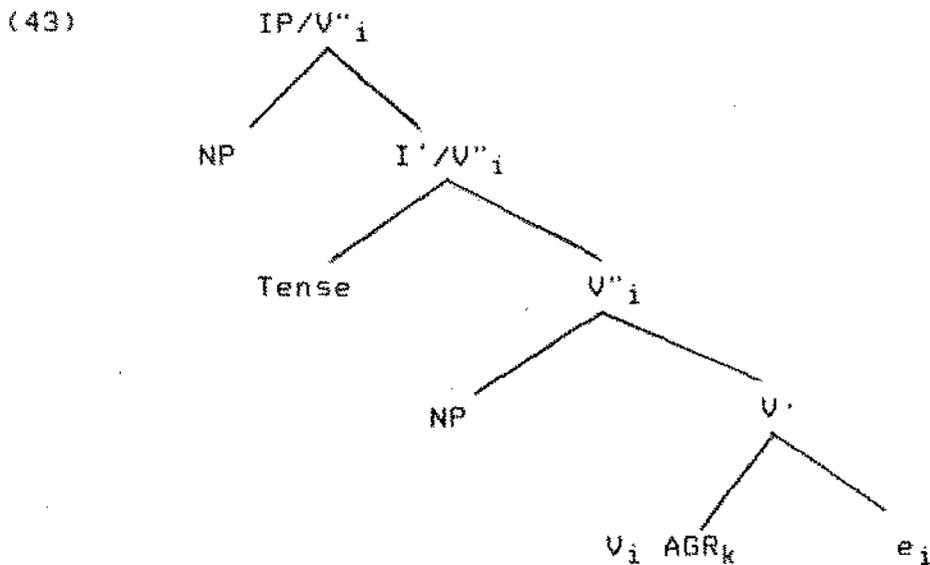
Galves parte do princípio de que a ocorrência de objeto nulo está ligada às propriedades da oração. A formalização mais rigorosa dessas propriedades poderá, segundo ela, mostrar o que está em jogo na variação paramétrica.

Em primeiro lugar, admitindo que a CV objeto é gerada na base, procura saber que nóculo da gramática rege e restringe o tipo de ligação que ocorre em (38), já que não se submete à teoria da vinculação.

Adaptando a análise da passiva em inglês feita por Williams no seu artigo "NP-trace and th-theory", estabelece entre o objeto nulo e seu antecedente uma relação de coindexação. Segundo a "Condição de Atribuição de Papel Temático" (Theta-Role Assigment Constraint - TRAC), pela qual "nenhum sintagma pode intervir entre o elemento atribuidor e o elemento receptor", recebendo do V

um papel temático, a CV não pode satisfazê-lo e ele, portanto, deve ser re-atribuído ao SN (no caso ao sujeito externo da predicação ampla, seu co-referente). Fica aqui explicitada a faceta anafórica do objeto nulo.

A redistribuição é feita segundo a estrutura (43), com V'' sendo a projecção máxima de V e IP sendo a projecção de $INFL$ (com Tense) e V :



Nessa estrutura o sujeito externo fica na posição de especificador de IP , recebe o papel "theta" do argumento interno do verbo e o mesmo índice. V'' é projetado até entrar em relação de predicação com o sujeito externo de IP . Entrando em relação de predicação com um elemento nominal, deixa de se projetar.

No que diz respeito à teoria da vinculação, a CV objeto, nessa análise, é livre, apesar de ser um vestígio, no que concerne à teoria temática. Essas duas características não são contraditórias por se referirem a módulos distintos da gramática. Quan-

do os dois princípios em jogo coincidem, elas tornam-se contraditórias. é o que acontece com as línguas cujas posições de sujeito não coincidem. Neste caso, um objeto pronominal vinculado pela posição de sujeito externo viola o princípio B de vinculação. Isso mostra que, nesta análise, é possível uma parametrização do objeto nulo pronominal, que Galves formaliza utilizando um texto de Huang de 1985, no qual ele altera a GCR, definindo-a em termos de "domínio de controle".

Essa nova GCR, citada por Cole (1987) e transcrita por Galves (1989), diz o seguinte:

"GCR: Um pronominal vazio (pro e PRO) é controlado no seu domínio de controle (se tem um). A é um domínio de controle para B se e somente se:

- a. A é o nó cíclico mais baixo que contém B, ou a categoria máxima mínima que contém B e
- b. A contém um sujeito acessível B.

Suprimindo a noção de proximidade, Huang estipula IP como domínio de controle do objeto nulo. IP é o nó cíclico mais baixo que contém o objeto nulo e também um sujeito acessível. é o domínio em que a GCR é satisfeita, sendo V" o domínio em que a teoria da vinculação é satisfeita.

Combinando as análises de Huang e de Williams, Galves formulou o parâmetro do objeto nulo pronominal:

"Um objeto nulo pronominal só é lícito nas línguas onde o domínio das dependências relativas à teoria temática é mais amplo que o domínio das dependências submetidas à teoria da vinculação"

Em seguida, Galves retoma a questão pendente do que chamou "agramaticalidade relativa" de frases com objeto nulo em completivas, vinculado por um argumento da principal. Submetendo, então, a frase agramatical (4)b. de Farrell à análise proposta, encontrou a estrutura (44):

(44) [_{CP} João_i disse [_{IP}que [_{IP/V}" e_i [_{I'/V}"Tense [_{VP}"Pedro viu e_i

Assume-se, aqui, que CP não é instanciado no PB e que as completivas sendo IPs (10), não há barreira entre e_i e João_i, seu regente, e ambos, pela coindexação, formam uma cadeia. O problema é que essa cadeia mal-formada apresenta dois papéis temáticos diferentes: sujeito de "dizer" e objeto de "ver", o que significa uma violação do critério temático. A solução apresentada prevê uma estrutura paralela bem formada, em que o objeto nulo não é coindexado com o sujeito. é a estrutura (45):

(45) [_{VP}"João_i disse [_{IP}que [_{IP/V}" e_k [_{I'/V}"Tense [_{VP}"Pedro viu e_k

Nesta estrutura, IP tem duplo papel: argumento de "disse" e predicado de um SN tópico discursivo, não importando se esse SN tópico é ou não idêntico ao sujeito. Isso pode ocorrer por um

efeito de construção em certos contextos, como é o caso desse exemplo (4)b. de Farrell.

Resta ainda explicar por que a mesma frase com pronome lexical não sofre restrições interpretativas. Há duas razões:

1) numa estrutura como (33), o pronome satisfaz o papel temático atribuído pelo verbo e nenhuma CV é legitimada no especificador de IP. Como domínio proposicional, não IP/V" mas I'/V", um domínio em que V" não entra em relação sintática de predicação com nenhum SN, como abaixo:

(46) [João_i disse [IPque [I'/V" Tense [V" Pedro viu ele_i

2) a coindexação em estrutura-S de "João" e "ele" não viola o princípio B de vinculação, único princípio em jogo em estrutura-S. Observe-se que para Galves as relações de predicação entre um NP e um domínio proposicional se estabelecem depois, possivelmente na Forma Lógica. Ela considera também que a legitimação do pronome "ele" como objeto decorre de seu papel de variável de predicado.

Uma outra vantagem dessa análise com duas posições de sujeito, além de ser essencial para a legitimação do objeto nulo, é a de dar conteúdo formal à intuição de que as línguas de tópico funcionam com dois sujeitos.

Analisando uma frase de Eunice Pontes, através da estrutura (43), como abaixo,

(47) [IP O Cláudio_i [I'/V" Tense [V" o fim de semana dele_i
começa na quinta-feira

Galves mostra que a projeção mais alta de (34) é IP apenas e não IP/V", como em (30). Isto porque (30) continua sendo um predicado e (34) não. Numa o NP lexical entra em relação de predicação com o sintagma verbal e na outra não. Para Galves, a CV que vincula o objeto nulo não é o sujeito da projeção de V, mas seu especificador.

1.6. A PROPOSTA DE KATO (em preparação): "Null Pronominal Object in Brazilian Portuguese "

Toda a literatura vista até aqui considerou o objeto nulo ou como variável (Huang, Raposo) ou como pro (Wheeler, Farrell, Galves).

Neste trabalho, pressupomos que esse objeto é pro, mas acrescentamos as seguintes colocações feitas por Kato (em prep.). No PB, temos para o objeto direto referencial um clítico nulo de 3ª pessoa singular que tem função apenas endofórica. Por outro lado, o PB e também o PE contam com um pronome exofórico nulo (interpretado pragmaticamente), que Kato considera como uma expressão-R. A diferença entre a análise de Raposo para o PE e a de Kato para esse objeto nulo está no fato de que R. o considera uma expressão-R, variável, resultante de movimento, enquanto para K. esse pronome é um nome nulo, gerado na base e que, similarmente à variável e sendo dêitico, não ocorre em ilhas, como em (48):

(48) * O menino [que está abotoando Ø (=isto)] é meu filho

O argumento de Kato para postular o dêitico nulo está na existência abundante de frases com objeto \emptyset em linguagem incipiente, em que a criança não apresenta nem Flex nem Comp, e cuja interpretação é sempre recuperada na situação. É importante observar que esse objeto \emptyset , pro, postulado por K., difere do pro de Farrell, porque, sendo um \emptyset gerado na base, não resulta do apagamento do clítico, como afirma F. Difere também do pro de Wheeler, porque, segundo essa autora, esse pro resulta do apagamento do pronome lexical "ele". Na verdade, o objeto \emptyset de referência exofórica de K. alterna com o pronome lexical "ele", usado apenas quando se refere a algo distante dos interlocutores (a expressão-R equivale a algo próximo), enquanto o \emptyset é [+proximal].

Foi nessa perspectiva de K. que escolhemos os fatores condicionantes relativos à referência do objeto nulo neste estudo.

2.A ABORDAGEM VARIACIONISTA: VARIAÇÃO INTERNA NO PB

Vários autores estudaram o objeto nulo no PB do ponto de vista variacionista. Dentre eles podemos citar Omena (1978), Tarallo (1983) e Duarte (1986), que passamos a resenhar <11>.

2.1. OMENA (1978): "Pronome Pessoal de 3ª pessoa: suas formas variantes em função acusativa"

Analisando vinte e quatro horas da fala de quatro informantes não-escolarizados, dois homens e duas mulheres, da área do Rio de Janeiro e cursando o MOBRAL, Omena aponta como formas variantes do pronome pessoal de 3ª pessoa, em primeiro lugar, seu apagamento (76%) e, em seguida, o pronome lexical (24%). O clítico acusativo, que havia aparecido apenas três vezes em quatro horas e meia de gravação da fala de um jovem universitário, nesse corpus não ocorreu nem uma vez.

Sua pesquisa revela que a grande incidência de apagamento do objeto é condicionada por fatores lingüísticos como o traço semântico inanimado do antecedente (95,1%), a função de complemento desse antecedente (86,5%), o fato de o objeto apagado não acumular função dentro da oração (78,6%). A presença de SNs não especificados (indefinidos, coletivos, abstratos) e o verbo ter favorecem o apagamento quase categórico.

A pesquisadora constatou também que os estudiosos da língua, embora reconhecessem o pronome lexical pleno como um brasileirismo sintático, parece não se terem dado conta da importância do objeto apagado, sendo pouco considerado até ali pela teoria como uma forma de desleixo ou simplificação. Mas a investigação de textos medievais a levaram a concluir que tanto o apagamento como o uso do pronome lexical já pertenciam ao sistema do português desde seus primórdios, não sendo seu emprego uma novidade no PB.

2.2. TARALLO (1983): "Relativization Strategies in Brazilian Portuguese"

Embora tenha tratado especificamente das relativas, Tarallo se refere ao cancelamento do objeto num estudo paralelo das estratégias de pronominalização da língua.

Diacronicamente, com intervalos de mais ou menos cinquenta anos entre quatro períodos, a partir de 1725, a regra de cancelamento do objeto direto anafórico evoluiu progressivamente: dos 10,8% iniciais passou a 39,8% na 2ª metade do séc. XIX.

Numa pesquisa atual, sincrônica, Tarallo avalia a fala de 40 informantes de três classes sociais diferentes e conclui que o apagamento do objeto direto é favorecido pelos traços [-humano] (84,2%), [plural] (71,4%) e [indefinido] (78,6%). As diferenças de classe social não foram consideradas relevantes.

2.3. DUARTE (1986): "Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil"

Recapitulando os trabalhos variacionistas anteriores, Duarte propõe-se a dar-lhes continuidade, apresentando um enfoque novo, ainda não investigado: as atitudes subjetivas do falante com relação ao uso da forma padrão e suas variantes, assim como o estudo de fatores sociais, como a escolaridade e a faixa etária, e fatores estilísticos, como a linguagem veiculada pela TV e os

diferentes níveis de formalidade na fala natural.

Seus dados são provenientes de gravações feitas num total de 45 informantes adultos de 2^o e 3^o grau e de 05 jovens de 1^o grau. Incluem-se ainda 4 horas de episódios de novela e 4 horas de entrevistas de televisão e também textos escritos por 38 alunos de 2^o grau.

Nessa pesquisa ficou constatado que, de todas as formas variantes do objeto direto anafórico, a menos utilizada é o clítico acusativo (4,9%), seguindo-se o pronome lexical (15,4%), os SNs lexicais plenos e o demonstrativo "isso" (17,1%). A categoria vazia alcançou o maior índice (62,6%).

O uso da CV é favorecido pelo traço [- animado], em qualquer estrutura sintática. O pronome lexical pleno ocorre em estrutura frasal complexa e com traço [+ animado] para o antecedente. O clítico ainda se mantém em estruturas simples (SVO), com tempo simples.

Os informantes com nível de escolaridade alto e mais velhos preferiram os SNs lexicais ao pronome lexical e de preferência em construções complexas. Os jovens e os pouco escolarizados, que não usam o clítico, preferem o pronome lexical.

Na fala formal, houve sensível aumento de clíticos e SNs lexicais e uma diminuição no uso do pronome lexical e da categoria vazia por parte dos informantes com 3^o grau e dos informantes com 2^o grau e mais velhos. Isso mostra a relevância dos fatores escolaridade e faixa etária entre os condicionamentos.

O discurso informal se caracteriza pela presença do pronome lexical e elevado uso da categoria vazia. Esta decresce no dis-

curso formal com o emprego preferido de SNs lexicais, enquanto o pronome lexical desaparece e surge o clítico, considerado pedante na língua informal pelos informantes.

Duarte reservou um capítulo para a discussão teórica, na qual concordou com Galves (1984) que a categoria vazia objeto tinha o estatuto de "variável de discurso" no PB. O pronome lexical foi classificado como um pronome lembrete, com função de realçar a vinculação pelo tópico.

Para finalizar suas conclusões, Duarte enfatiza a importância dos estudos de variação lingüística para o ensino, afirmando que o estudo em questão, embora retratando um único aspecto sintático do português, mostra bem o distanciamento entre a fala dos alunos e a modalidade veiculada pela escola. Os desafios do professor de português são para ela compatíveis aos do professor de segunda língua.

3. SUBSÍDIOS PARA ESTE TRABALHO

De um modo geral, a análise dos gerativistas ofereceu à descrição do objeto nulo os seguintes subsídios:

a) separou os objetos diretos nulos de interpretação arbitrária dos objetos nulos de interpretação definida. Esse é para nós um dado interessante, porque, apesar de o objeto de referência arbitrária ser possivelmente de uso universal, o de referência definida não é, constituindo uma propriedade paramétrica, que rege a variação translingüística. O PB usa este tipo de objeto e,

neste trabalho, procurarei verificar se há alguma diferença entre o emprego referencial feito pelas crianças no início da escolaridade e o feito pelos adultos escolarizados;

b) identificou CVs tendo como antecedentes elementos em posição A (argumental) e em posição não-A (não-argumental), havendo aí possivelmente uma variação lingüística quanto ao uso de um tipo de CV ou de ambos. Qual deles é o que aparece na fala das crianças e na dos adultos? Haveria ainda alguma relação entre a posição sintática desse antecedente e o fato de o objeto ser ou não realizado?

c) classificou esses objetos como tendo caráter [+ ou - animado] no PB, ao contrário do que ocorre nas demais línguas românicas, em que o objeto direto nulo é sempre [+ animado] e [+ genérico]. Haveria diferenças quanto a isso entre crianças e adultos?

Os estudos variacionistas selecionaram como relevantes os seguintes fatores:

1º) lingüísticos:

a) preferência pelo traço semântico "inanimado";

b) ocorrência maior em estruturas frasais mais simples com tempo simples;

2º) sociais:

O objeto nulo é mais utilizado:

a) pelos mais jovens;

b) pelos de menor escolaridade;

c) em falas mais informais.

Classes sociais não são relevantes para a descrição do objeto nulo.

Conclui-se até aqui que o PB, além de utilizar o objeto direto de referência arbitrária, como o inglês, o italiano e o PE, também usa os de referência definida, o que torna o PB diferente dessas línguas. A posição do co-referente é bastante livre, o que caracteriza esse objeto como pro; o posicionamento desse objeto principalmente em frases de estruturas frasais mais simples condiz com sua utilização preferencial pelos mais jovens, os de menor escolaridade, em situações mais informais e coloca o objeto nulo mais como parte da gramática da fala do que da escrita, que é aprendida e mais formal. Esse quadro delinea as diferenças entre os dois sistemas do PB, o oral e o escrito, como sendo de [+ objeto nulo] e [- objeto nulo], respectivamente.

NOTAS:

(1) "Línguas quentes" são as que têm na própria sentença todos os elementos para sua interpretação, exigindo, pois, pouco esforço do interlocutor no sentido de recuperar elementos

elípticos. Essas línguas têm como característica a ordem fixa. Sua contraparte são as "línguas frias".

(2) Taraldsen (1978), apud Huang (1984), fala que possivelmente nas línguas pro-drop exista uma morfologia flexional rica, em particular um rico sistema de concordância.

(3) Categoria de Regência (Chomsky, 1981 a):

" β é uma categoria de regência para α se e somente se β é a categoria mínima contendo α , um regente de α , e um SUJEITO acessível a α ".

(4) Gregolin (1988), em seus comentários sobre Huang, observa a conotação que ele dá à expressão "locally bound by a topic" (pág. 543). Para ele CV objeto não pode ser pro, porque está "localmente vinculada" com o tópico. A localidade, porém, é S. Se, diz ela, colocarmos o tópico fora de S, a argumentação dele contra o pro se desarticula.

(5) Com referência a essa característica dada por Wheeler ao PB, devemos considerar o exemplo abaixo em que o objeto nulo é [+ pessoa]:

Maria convidou \emptyset no domingo

(6) Como falante nativa, acho essa frase meio estranha. Talvez fosse preferível um exemplo com o verbo da oração adjunta no infinitivo, como a seguir:

As paredes_i foram pintadas (pelos pintores) sem (as)_i lixar

(7) Se está em variação livre, o pronome lexical, ocupando o lugar do \emptyset em (22), manteria a frase agramatical mas não é o que ocorre.

(8) Pode-se dizer que o de 1ª pessoa também está em vias de desaparecimento, como apontam Tarallo e Kato (1987).

(9) " Uma categoria de regência é um Complexo Funcional Completo (CFC) no sentido que todas as funções gramaticais compatíveis com seu núcleo ("head") são realizadas nele _ os complementos necessariamente, pelo princípio de projecção, e o sujeito, que é opcional a menos que seja requerido para legitimar um predicado, por definição " Chomsky in KNOWLEDGE OF LANGUAGE, pág. 169.

(10) Em Galves (1989), nota 22, a pesquisadora diz que, nessa análise, PRO não é protegido da regência por COMP. Em sua análise anterior (também de 1989), considera que o complementador ~~que~~ é adjunto a IP.

(11) Há ainda a Dissertação de Mestrado de M.das G. D.Pereira (1981), da PUC do Rio: " A Variação na Colocação dos Pronomes Átonos no Português do Brasil". Seus condicionamentos corroboram os de Omena (1978).

C A P Í T U L O II

PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

1. PROCEDIMENTOS:

Preocupada com o controle dos dados e o "paradoxo do observador"⁽¹⁾, coletei dados produzidos por alunos de uma única escola típica da rede de ensino oficial, da seguinte maneira: um grupo de alunos apresentou uma peça teatral que mostrava apenas em gestos um roubo numa lanchonete. Nenhuma palavra foi dita ou escrita, para não influenciar os dados produzidos. Os alunos da 1ª. à 8ª. séries assistiram à apresentação e logo em seguida cinco voluntários de cada série contaram a cena espontaneamente e depois a escreveram. Dessa forma coletei 40 textos orais e 40 escritos entre escolares do primeiro grau (cf. alguns textos em apêndice).

O mesmo foi feito com 05 voluntários com terceiro grau completo e 05 adultos não-escolarizados. Estes, que naturalmente não puderam escrever, exerceram o papel de controladores do efeito da escola, em contraponto com os falantes cultos.

Esse total de 95 textos (50 transcrições de narrativas eliciadas e 45 redações também eliciadas) constituem o corpus. ~~que me~~

A variável dependente envolve a ocorrência de objeto nulo como em (49):

(49) Pegaram a carteira e colocaram O na mesa

em oposição ao elemento não nulo:

(50) Pegaram a carteira e colocaram ela na mesa

(51) Pegaram a carteira e a colocaram na mesa

(52) Pegaram a carteira, colocaram a carteira na mesa e ... (2)
ou qualquer outra forma de preenchimento.

Preliminarmente, antes de me ater ao objeto nulo, fiz um levantamento de todos os tipos de ocorrência de objeto direto, para ter uma visão do lugar que entre eles ocupa o objeto nulo. Seguem exemplos de cada tipo detectado:

SN lexical não-anafórico:

"De repente ele viu uma carteira de dinheiro". (2ª s.) (3)

. pronome pleno de 3ª pessoa:

"...e depois pegaram ela lendo o livro" (3ª s.)

. clítico de 3ª pessoa (conforme gramática normativa)

"Levou-o até as moças para..." (5ª s.)

. clítico de 3ª pessoa (uso incorreto):

"...para o identificá-lo." (5ª s.)

. oração:

"...disse que viu a moça ... (3ª s.)

. determinante sem nome:

"Daí ele pegou um." (1ª s.)

. parte de expressões cristalizadas:

"O dono da lanchonete deu um jeito no acidente." (6ª s.)

. outros tipos binômios, demonstrativos:

. parte de expressões cristalizadas:

" O dono da lanchonete deu um jeito no acidente." (6ª s.)

. outros (indefinidos, demonstrativos):

"...derrubou tudo em cima das moças." (8ª s.)

. SN lexical anafórico:

"" ...e a moça casou a boça e no axou a boça." (1ª s.)

5.2.3. FATORES CONDICIONANTES

1) TIPOS DE OBJETO NULO

. anafórico:

"...roubou a carteira e enfiou Q no bolso." (4ª s.)

. catafórico:

"Enquanto a gente ia catá Q, ele pegou o dinheiro e ..."(4ªs.)

. de referência arbitrária:

" Tava duas moças comendo Q e ..." (2ª s.) <4>

. de referência exofórica:

Ocorre quando o co-referente está na situação. Exemplo na
nota <5>

2) MARCAS DE CONCORDANCIA NO PLURAL DO VT(verbo transitivo):

. + plural:

" quando eles pegaram O, ele..."(1ª s.)

. - plural:

" As moças puxava_ O de novo." (4ª s.)

. pronúncia reduzida do sufixo de plural:

" As moça caçaroo dinheiro, caçaroo e ..." (5ª s.)

. hipercorreção (plural pelo singular):

" O malandro querião robá a bolsa. : (1ª s.)

3) LUGAR DO ANTECEDENTE:

. na posição de tópico:

" ...e a bolsa_i; ele já pegou O_i." (7ª s.)

. na oração adverbial:

" a cura que ele viu a boça_i; ele queria pega O_i."(1ª s.)

(= quando)

. na oração principal:

"...pediram algo_i para comer O_i " (8ª s.)

. no discurso:

"... deixou uma pontinha_i. O garçom viu O_i e ..." (2ª s.)

. fora do discurso:

" A policia foi atrás dele conseguiu O e trouxe O pra lanchone-
te e..." (1ª s.) <5>

. em oração coordenada:

"...e pegou o ladrão_i e prendeu O_i." (4ª s.)

4) ACUMULO OU NÃO DE FUNÇÕES PELO OBJETO DIRETO

. só objeto (sem acúmulo):

"Roubou a bolsa. Então ele jogava O pra lá ... " (4ª s.)

. objeto mais outra função:(sujeito de "small clause") <6>

"Aí o guarda pegou o ladrão e deixou O preso." (2ª s.)

5) TRAÇO DE ANIMACIDADE DO ANTECEDENTE DO OBJETO ANAFÓRICO:

. humano:

" Pegaro o homem , trouxero O,... (7ª s.)

. inanimado:

" Procuraram O ali por perto e não encontraram O mesmo a bolsa.

(3ª grau)

6) TIPO DE ORAÇÃO QUE CONTÉM O OBJETO DIRETO NULO:

. independente (absoluta):

" Trouxeram O de volta pra lanchonete ") (não-escol.)

. coordenada:

"la puxando a bolsa pra cá,ela puxava O pra lá." (5ª s.)

. adverbial:

"Ela pediu um lanche e refrigerante para tomar O. " (5ª s.)

. adjetiva:

" Um dia duas moças que estudavam O foram fazer..." (6ª s.)

. substantiva:

"... viraro O de ponta-cabeça, pra vê se achava O " (7ª s.)

. principal:

" Foi pegando O sem querer saber..." (7ª s.)

7) CONTEXTO POSTERIOR:

. objeto no fim da oração:

"... pegou o ladrão e prendeu O ." (4ª s.)

. próclise com verbo final:

" O policial o prendeu. " (5ª s.)

. +predicado de "small clause" (SA, SP):

" ... e enfiou O no bolso." (4ª s.)

. + SP (= objeto indireto, complemento nominal):

" ...as moças pagaram O à garçonete." (5ª s.)

. + advérbio ou SP (não sendo "small clause", OI ou CN):

" As moças puxava O de novo. " (5ª s.)

. + or. sem tempo:

" Chegou (...), comendo O sem pedir as coisas ." (5ª s.)

.(+SP temático)+ antitópico:

" Até que ele pôs O dentro de seu guarda-chuva a bolsa."

(7ª s.)

8) CORRESPONDÊNCIA ENTRE A FUNÇÃO DO OBJETO E A DO SEU CO-REFERENTE

; mesma função (o co-referente é objeto direto):

"...então pegou o homem_i pelo colarinho e levou O_i até a lanchonete." (7ª s.)

. funções diferentes:

"... nem reparei que minha carteira_i estava em cima da mesa e ao procurá-la_i não encontrei O_i." (7ª s.)

Os objetos diretos em série de orações coordenadas e com o mesmo antecedente foram isoladas para não enviesarem os resultados. Exemplo:

" ...(um camarada_i...)e prendeu O_i, pegou O_i pro colarinho dele e trouxe O_i." (2ª. s.)

9) ESCOLARIDADE E TIPO DE TEXTO

Para ter uma visão mais nitida da evolução em estudo, preferi agrupar as séries do 1º grau de duas em duas e cada agrupamento apresentou textos escritos, exceto os não-escolarizados, e orais, assim distribuídos: 1ª e 2ª, 3ª e 4ª, 5ª e 6ª, 7ª e 8ª, 3º grau, e não-escolarizados.

2. ANÁLISE DOS DADOS <7>

2.1. O OBJETO NULO ENTRE OS DEMAIS OBJETOS

Podendo ser parte de um predicado, o objeto direto em primeira menção é muito abundante em qualquer texto, oral ou escrito. Suas formas mais frequentes são SNs típicos, como nomes, nomes com determinantes, mas também podem aparecer em forma de oração, pronomes demonstrativos seguidos de oração e até como determinantes sem núcleo, como vimos na exemplificação dos dados. O OD pode ainda constituir uma informação dada. Nesse caso, as formas são: OD nulo, pronome lexical, SN, clítico. A Tabela 1 mostra a distribuição dessas formas em 1ª menção (novo) e menção reiterada (dado).

TABELA 1
FORMAS DE OBJETO DIRETO

Formas		Ocorrência	%
NOVO	SN	991	52,6
	Or., pron. + or.	117	6,2
	Express. cristal.	77	4,1
	Determ. s/ núcleo	2	0,1
	Total parcial	1187	63,0
DADO	Objeto nulo	422	22,3
	Pronome lexical	100	5,3
	SN	69	3,6
	Clítico (gramatical)	56	3,0
	Clítico (hipercor.)	9	0,4
	Outros	46	2,4
	Total parcial	702	37,0
TOTAL		1889	100,0

Essa tabela mostra que 63% dos ODs aparecem em primeira menção, incluindo-se aí as expressões cristalizadas pelo uso, cujos SNs são em geral abstratos ou nomes sem conteúdo referencial, formando com o verbo uma expressão, como em "dar um jeito", "pega la-

drão". Essas expressões são de uso restrito (4,1%) e, como veremos nas próximas tabelas, são os adultos, talvez pelo vocabulário mais consolidado e pelo maior tempo de uso, que mais as utilizam. Os determinantes sem núcleo apareceram ainda menos (0,1%).

O interesse deste trabalho, porém, gira em torno dos objetos pressupostos (34,6%), em especial os nulos. Os pronomes pessoais (32,4%) foram separados dos indefinidos e demonstrativos (2,4%), porque estes (denominados como "outros") não nos interessam especificamente.

Entre os pressupostos, destaca-se, nesta tabela geral, o objeto nulo (22,3% do total), seguido de longe pelo pronome lexical (5,3%), o SN anafórico (3,6%) e o clítico (3%).

Vejamos como é a distribuição por série e grau, nas Tabelas 2 e 3 (e):

TABELA 2
OCORRENCIA DE TIPOS DE OBJETO DIRETO
EM TEXTOS ORAIS

tipos	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª e 6ª		7ª e 8ª		3º grau		não-escol.		Total	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%								
SN não-anaf	65	40,1	119	54,1	152	55,5	112	44,4	79	51,6	48	49,0	575	49,6
Obj. Nulo	63	38,9	63	28,6	67	24,4	74	29,4	19	12,4	26	26,5	312	27,0
Or., pr. + or.	4	2,5	8	3,6	12	4,4	17	6,7	18	11,8	6	6,1	65	5,6
Pron. lexical	21	12,9	7	3,2	18	6,6	21	8,3	2	1,3	10	10,2	79	6,8
SN anaf.	3	1,8	11	5,0	7	2,6	8	3,2	4	2,6	3	3,1	36	3,1
Expr. cristal.	5	3,2	7	3,2	10	3,6	11	4,4	17	11,1	3	3,1	53	4,6
Clit. (gramat).	-	-	-	-	2	0,7	1	0,4	3	2,0	-	-	6	0,5
Clit. (hiperc).	-	-	-	-	1	0,4	-	-	-	-	-	-	1	0,1
Outros	-	-	4	1,8	5	1,8	8	3,0	11	7,2	2	2,0	30	2,5
Det. s/ núcleo	1	0,5	1	0,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2
Total	252	100,0	220	100,0	274	100,0	252	100,0	153	100,0	98	100,0	1159	100,0

Percebe-se, nesta tabela, o uso do OD nulo em todos os níveis. Observe-se que ele decresce a partir

da 1ª série, decaindo significativamente da 1ª/2ª para a 3ª/4ª séries, mantendo-se mais ou menos estável nas demais séries do 1º grau e apresentando uma queda mais pronunciada no 3º grau:

38,9%	>	28,6%	>	24,4%	<	29,4%	>	12,4%
(1ª/2ª)		(3ª/4ª)		(5ª/6ª)		(7ª/8ª)		(3º grau)

Essa escolha para a linguagem oral comprova a idéia de que o PB é uma língua voltada para o discurso, pois a recuperação do sentido desse objeto dá-se através de elementos de fora da sentença.

Nas o OD nulo não é o único recurso para o objeto pressuposto na fala. Seguem-no o pronome lexical de 3ª pessoa, segundo na preferência do 1º grau nas quase inexistente no 3º grau, e o SN anafórico, segundo na preferência do 3º grau. O clítico acusativo tem um emprego inexpressivo na fala. Ausente até a 4ª série, ocorre em menos de 1% da 5ª à 8ª séries e em 2% do 3º grau. Essa pequena frequência atesta o modo relutante como o clítico é utilizado, mas o fato é que fez sua aparição a partir da 5ª série na fala dos escolares.

Quanto aos não-escolarizados, a preferência segue a média dos alunos do 1º grau. Usam o OD nulo como os alunos de 4ª/5ª série e o pronome lexical como os de 1ª/2ª, com preferência pelo OD nulo, que consideramos, então, como a forma menos marcada de OD pressuposto (cf. Duarte 1986), na fala de todos os níveis de escolaridade com pequena concorrência do clítico e do SN anafórico, nas séries mais adiantadas.

A tabela dos textos escritos, Tabela 3, mostra um quadro algo diferente, porque, logo à primeira vista, os totais das duas tabelas mostram que os textos escritos contêm bem menos frases com OD em todos os usos em relação aos correspondentes da fala.

TABELA 3
OCORRÊNCIA DE TIPOS DE OBJETO DIRETO
EM TEXTOS ESCRITOS

tipos	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª e 6ª		7ª e 8ª		3º grau		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%								
SN não-anaf.	36	43,4	69	61,0	127	57,7	118	55,1	66	66,0	416	57,0
Objeto Nulo	23	27,7	21	18,6	34	15,5	30	14,0	2	2,0	109	15,0
Or.,pr.tor.	5	6,0	4	3,5	14	6,4	20	9,3	9	9,0	52	7,1
Pr. Lexical	3	3,6	2	1,8	10	4,5	6	2,8	-	-	21	2,9
SN anaf.	14	16,9	6	5,3	9	4,1	3	1,4	1	1,0	33	4,5
Expr. crist.	2	2,4	7	6,2	6	2,7	8	3,8	1	1,0	24	3,3
Clít.(gramat.)	-	-	3	2,7	12	5,5	17	8,0	18	18,0	50	6,9
Clít.(hiperc.)	-	-	1	0,9	5	2,3	2	0,9	-	-	8	1,1
Outros	-	-	-	-	3	1,3	10	4,7	3	3,0	16	2,2
TOTAL	83	100,0	113	100,0	220	100,0	214	100,0	100	100,0	730	100,0

Mas há outros fatos que chamam a atenção: a queda do objeto nulo de 27,7% nas séries iniciais do 1º grau para 14% nas finais e 2% apenas no 3º grau. Esse decréscimo do objeto nulo é acompanhado da ascensão do clítico, que já aparece na escrita das 3ª/4ª séries (2,7%) sempre crescendo para 8% no final do 1º grau e atingindo 18% no 3º grau.

Fato muito interessante é o aparecimento, na escrita, do clítico usado incorretamente. Ele surgiu na 3ª/4ª série com uma ocorrência apenas; na 5ª/6ª surgem mais cinco casos e, nas séries finais, dois casos. Esse fato nos leva a acreditar que o clítico não é "natural" no PB, é "aprendido". Quando a criança o nota, tenta empregá-lo mas, às vezes, o faz incorretamente. O aumento dos erros corresponde a tentativas mais frequentes de emprego do clítico. Como ele começa a fazer parte do vocabulário passivo da criança, ela tenta usá-lo na escrita, onde ele é mais empregado, e nem sempre acerta. No 3º grau já se adquiriu a habilidade de usá-lo. Acaba

grande parte da resistência contra seu uso, passando ele a ser empregado com naturalidade, enquanto o objeto nulo e os SNs anafóricos permanecem apenas como um resíduo das fases anteriores.

Digno de nota é o desaparecimento, na escrita culta, do pronome lexical pleno, já bem raro na fala dos mais escolarizados (apenas 1,3%), embora bem utilizado pelos menos escolarizados ao falar (12,9%, pelos da 1ª/2ª e 10,2% pelos não-escolarizados).

2.2. ANÁLISE DOS FATORES CONDICIONANTES

2.2.1. TIPOS DE OD CONFORME SUA REFERÊNCIA

Este grupo de fatores abrange apenas os objetos não preenchidos. Para fazer a classificação das ocorrências, tomamos emprestada a terminologia de Halliday e Hasan (1976):

a) **anafórico**, quando seu co-referente já foi mencionado no discurso.

b) **catafórico**, quando o co-referente aparece depois do OD nulo, no discurso.

c) **exofórico**, quando o referente não é lingüístico, mas sim situacional.

Há ainda o objeto de referência indeterminada, ou

d) **arbitrário**, o qual, pela própria denominação, tem um referente indeterminado, indefinido.

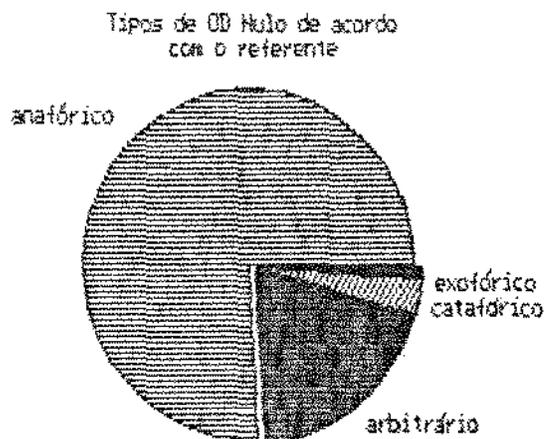
A Tabela 4 oferece uma visão geral dos resultados obtidos com os dados em estudo:

TABELA 4
TIPOS DE OD NULO DE ACORDO COM O REFERENTE

	Ocorr.	%
anafórico	321	76,0
arbitrário	83	19,5
catafórico	14	3,5
exofórico	4	1,0
Total	422	100,0

A **Fig.1** oferecerá uma idéia mais clara dessa distribuição apresentada pela Tabela 4:

FIGURA 1



O *corpus* em estudo, como se vê, apresentou, entre os OD nulos, uma alta percentagem de referentes anafóricos (76%). É surpreendente uma língua românica ter ODs "anafóricos", "catafóricos" e "exofóricos", que têm referência determinada, em oposição a OD "arbitrário". Este uso teve também uma representatividade considerável (19,5%), em relação ao catafórico, cujos 3,5% comprovam sua presença no PB, e ao exofórico (1%) quase ausente no *cômputo* geral dos ODs nulos, o que era de se esperar, pois nossa hipótese é de que o PB, da criança para o adulto escolarizado, caminha de [+ voltada para o discurso] para [+ voltada para a sintaxe], ficando com as crianças pequenas (não abarcadas neste *corpus*) um maior uso desse tipo de objeto. De fato, esses quatro casos de referência exofórica ocorreram em textos de 1ª série.

A separação dos dados da Tabela 4 em escritos e orais mostra a distribuição abaixo:

TABELA 5

REFERENTE DO OBJETO DIRETO NULO EM TEXTOS
ESCRITOS POR SÉRIE/GRAU

Refer.	1ª/2ª	3ª/4ª	5ª/6ª	7ª/8ª	3º grau	Total
ANAFÓRICO	14	14	24	28	2	82
ARBITRÁRIO	4	6	10	2	—	22
CATAFÓRICO	1	1	—	—	—	2
EXOFÓRICO	4	—	—	—	—	4
TOTAL	23	21	34	30	2	110

TABELA 6

REFERENTE DO OBJETO DIRETO NULO EM TEXTOS
ORAIS POR SÉRIE/GRAU

ref.	1ª/2ª	3ª/4ª	5ª/6ª	7ª/8ª	3º grau	não-esc	Tot
anafórico	47	52	56	54	13	17	239
arbitrário	10	11	9	17	5	9	61
catafórico	6	—	2	3	1	—	12
exofórico	—	—	—	—	—	—	—
Total	63	63	67	74	19	26	312

O objeto anafórico foi usado em todos os níveis e em textos escritos e orais, o catafórico apareceu mais em textos orais e na escrita inicial e o arbitrário, de uso universal, naturalmente teve uso generalizado.

Ter ocorrido OD de referência exofórica, apesar de sua baixa incidência, é altamente significativo, principalmente por ter aparecido nos textos dos mais jovens desaparecendo por completo nas fases subseqüentes. Isso nos remete à fala da 1ª infância, ainda incipiente, em que observamos, grosso modo, alta incidência de objeto nulo com referência exofórica no PB.

2.2.2. MARCAS DE CONCORDÂNCIA NA ORAÇÃO QUE CONTÊM O OBJETO DIRETO NULO

As Tabelas 7 e 8 demonstram de forma clara que existe alguma relação entre o uso da concordância e o preenchimento/não-preenchimento do objeto.

TABELA 7

RELAÇÃO ENTRE FRASES COM CONCORDÂNCIA E OBJETO NULO EM TEXTOS ESCRITOS

séries	fr. com conc.			ocorr. de obj. Ø		
	Appl.	Tot.	%	Appl.	Tot.	%
1ª e 2ª	4	5	80	3	4	75
3ª e 4ª	19	24	79	4	19	21
5ª e 6ª	50	55	91	11	50	22
7ª e 8ª	52	59	88	8	52	15
3ª grau	31	31	100	1	31	3
Total	156	174	90	27	156	17

TABELA 8

RELAÇÃO ENTRE FRASES COM CONCORDÂNCIA E OBJETO NULO EM TEXTOS ORAIS

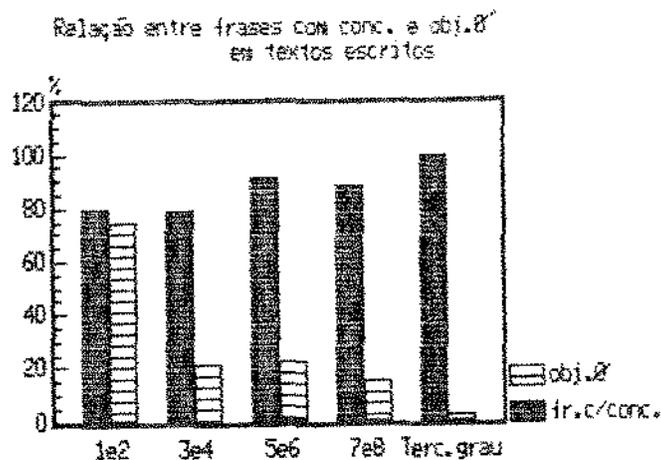
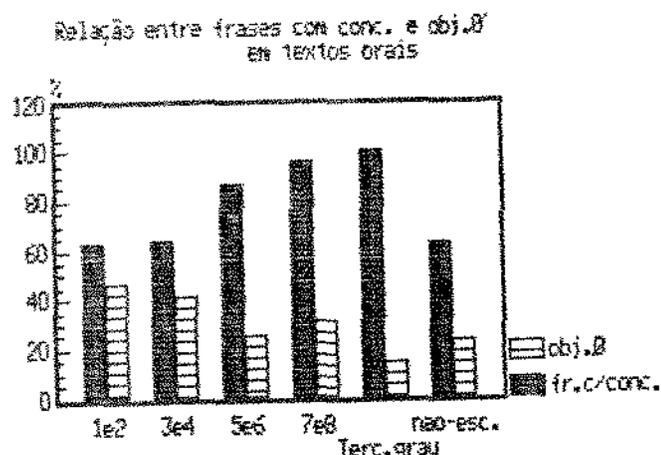
séries	fr. com conc.			ocorr. de obj. Ø		
	Appl.	Tot.	%	Appl.	Tot.	%
1ª e 2ª	19	30	63	9	19	47
3ª e 4ª	27	42	64	11	27	41
5ª e 6ª	67	77	87	17	67	25
7ª e 8ª	54	56	96	17	54	31
3ª grau	48	48	100	7	48	14
não-esc	17	27	63	4	17	23
Total	232	280	83	65	232	28

A percentagem inversamente proporcional entre ocorrência de OD nulo e emprego de frases com concordância está presente tanto em textos orais como em textos escritos.

Observemos, ao mesmo tempo, os Quadros 1 e 2:

Quadro 1

Quadro 2



Enquanto se vai adquirindo o uso da concordância, como se vê pela percentagem crescente, a partir das séries iniciais, como em (a):

(a) oral : 63 < 64 < 87 < 96 < 100
escrito : 80 = 79 < 91 = 88 < 100

o objeto nulo vai sendo preenchido, como mostra, de modo geral, a escala decrescente em (b), a partir das séries iniciais:

(b) oral : 47 > 41 > 25 < 31 > 14
escrito : 75 > 21 = 22 > 15 > 3.

A alta incidência de OD nulo na escrita de 1ª/2ª série se explica pelos traços de oralidade dos mesmos e pela parcimônia com que são usadas as palavras escritas.

A Tabela 9, por grau de escolaridade, demonstra como, de um nível de escolaridade para outro, a aquisição da concordância co-ocorre com o preenchimento do OD nulo. A percentagem de OD nulo decresce de 27% no 1º grau para 10% no 3º e a percentagem de frases com concordância cresce de 83% no 1º grau para 100% no 3º.

TABELA 9

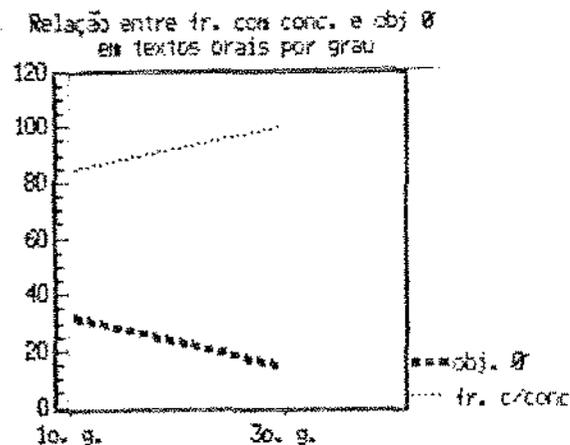
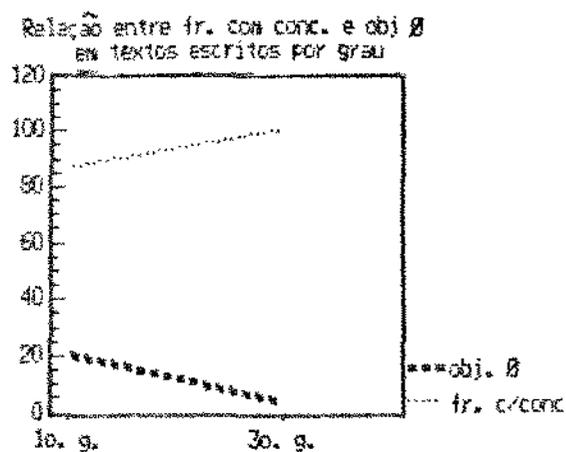
RELAÇÃO ENTRE FRASES COM CONCORDÂNCIA E OBJETO NULO POR GRAU ESCOLAR						
	Fr. com conc.			Objeto Nulo		
	Ocor.	Tot.	%	Ocor.	Tot.	%
1º grau	292	348	27	80	292	27
3º grau	79	79	100	8	79	10
não-escol.	17	27	23	41	17	23
Total	388	454	85	92	388	23

Quanto aos não-escolarizados, tanto a Tabela 7, por grau, como as tabelas para textos escritos e orais por série, Tabelas 7 e 8, apontam a semelhança de comportamento lingüístico dos mesmos com os alunos do 1º grau, tanto no uso do objeto nulo quanto no da concordância.

Os dados das Tabelas 7 e 8 estão representados nos Quadros 3 e 4:

Quadro 3

Quadro 4



Esses Quadros deixam clara a relação inversa entre concordância e objeto nulo. Mostram, também, que, na escrita, essa relação é mais evidente.

2.2.3. LUGAR DO ANTECEDENTE <A>

Do total de 422 objetos nulos (cf. Tab. 1), em 90 casos não havia um antecedente específico:

TABELA 10

OBJETO NULO CONFORME A ESPECIFICIDADE DO ANTECEDENTE

Tipo de antec.	Ocor.	%
antec. nominal	332	79,0
sem antecedente	83	19,5
antec. proposicional	7	1,5
Total	422	100,0

Desse total, 83 eram de referência arbitrária e 7 de objetos equivalentes a "esse fato", como em "...e comunicou @ (= esse fato) ao gerente." (6ª s.). Os 332 objetos nulos com antecedente nominal (incluindo-se aí os exofóricos) ficaram distribuídos como na Tabela 9:

TABELA 11

OBJETO NULO DE ACORDO COM O LUGAR DO ANTECEDENTE

antec.	Ocor.	%	Tot.	%	% ocor.
fora do período	187	56,0	365	63,5	52
em or. coord.	111	33,5	161	28,0	70
em or. princ.	25	7,5	35	6,0	69
em or. adv.	1	0,5	3	0,5	67
em tóp., antit.	5	1,5	5	1,0	100
fora do discurso	4	1,0	4	1,0	100
Total	333	100,0	573	100,0	58

Por esta tabela vemos que o objeto com antecedente fora do discurso ocorreu sempre como @. O fato de ter ocorrido como @ e na 1ª s. (como se disse no item 2.2.1.), reforça a idéia de que são as crianças que usam uma linguagem mais voltada para o discurso.

Quando o antecedente é linguístico, ele pode estar em orações principais (69%), adverbiais (67%) ou coordenadas (70%), e mesmo no discurso (52%).

A distribuição da Tabela 11 em textos escritos e orais resulta nas Tabelas 12 e 13:

TABELA 12

LUGAR DO ANTECEDENTE LINGUÍSTICO DO OBJETO
NULO EM TEXTOS ESCRITOS POR SÉRIE/GRAU

Lugar	1ª/2ª	3ª/4ª	5ª/6ª	7ª/8ª	3º grau	Tot.
fora do período:						
no discurso	5	8	17	7	1	38
em tóp.	—	—	—	1	1	2
no antitóp.	—	—	1	—	1	2
dentro do per.:						
em or. coord.	9	7	6	12	—	34
em or. princ.	—	—	2	8	—	10
em or. adv.	1	—	—	—	—	1

TABELA 13

LUGAR DO ANTECEDENTE LINGUÍSTICO DO OBJETO
NULO EM TEXTOS ORAIS POR SÉRIE/GRAU

Lugar	1ª/2ª	3ª/4ª	5ª/6ª	7ª/8ª	3º grau	não-esc	Tot
fora do per.:							
no disc.	37	29	34	30	9	10	49
em tóp.	—	—	—	—	—	—	—
no antit.	—	—	—	1	—	—	1
no período :							
em coord.	14	16	21	15	4	7	77
em princ.	3	2	2	7	1	—	15
em adv.	—	—	—	—	—	—	—

Comparando essas duas tabelas, verificamos, além do que todos têm em comum, isto é, antecedente preferencialmente no discurso e em orações coordenadas, que são os objetos nulos cujos antecedentes são tópicos nulos co-referentes com elementos discursivos, dois dados que se encaixam em nossa hipótese de que o PB, do oral para o escrito, caminha do discursivo para o sintático:

a) embora todos usem OD nulo com antecedente na oração principal (poucas ocorrências) na fala, os de séries mais adiantadas (7ª e 8ª) são os que mais utilizam esse lugar para o antecedente, que já está dentro de S;

b) às margens de S, ficam o tópico e o antitópico, que ocorreram como antecedente a partir da 5ª série.

Ressalvando-se o único antecedente em oração adverbial, que ocorreu por inversão entre oração adverbial e oração principal, podemos esquematizar a escolha do lugar do antecedente do OD nulo conforme a escala decrescente abaixo:

Tópico @ com
ref. no discurso > Or. coord. > Or. princ. > Tóp., Antit.

ou

antecedente no discurso > antecedente na sentença

2.2.4. TIPO DE ORAÇÃO QUE CONTEM O OBJETO

As percentagens gerais por tipo de oração não mostram qualquer preferência, a não ser uma nítida despreferência pelas orações principais.

TABELA 14
TIPO DE ORAÇÃO QUE CONTEM O OBJETO NULO

Tipo de or.	Ocor.	Total	%
coordenada	256	976	26
independente	71	288	25
adverbial	56	252	22
adjetiva	6	36	17
substantiva	17	107	16
principal	16	230	7
Total	422	1889	22

No entanto, se separarmos esses dados por série/grau, novos dados vão surgir. A Tabela 15, dos textos orais, mostra que as orações coordenadas são nitidamente as preferidas pelo objeto nulo:

TABELA 15
TIPO DE ORAÇÃO QUE CONTEM O OBJETO NULO EM TEXTOS
ORAIS POR SÉRIE/GRAU

Tipo de or.	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª e 6ª		7ª e 8ª		3º grau		não-esc.		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%								
coordenada	36	57	37	63	49	73	39	55	10	53	14	54	185	61
independente	19	30	10	17	9	13	11	15	1	5	4	15	54	18
adverbial	5	8	5	9	5	7	15	21	3	16	3	12	36	12
substantiva	1	2	5	9	2	2	1	1	2	11	3	12	14	4
principal	2	2	-	-	1	1	3	4	2	10	2	7	10	3
adjetiva	-	-	1	2	1	1	2	4	1	-	-	-	5	2
Total	63	100	58	100	67	100	71	100	19	100	26	100	304	100

A hierarquização dos dados resultou no seguinte:

1ª e 2ª : coord. > ind. > adv. > princ. > subst.
 3ª e 4ª : coord. > ind. > adv. = subst. > adj.
 5ª e 6ª : coord. > ind. > adv. > subst. > princ. = adj.
 7ª e 8ª : coord. > adv. > ind. > princ. = adj. > subst.
 3º grau : coord. > adv. > subst. > princ. > ind.
 não-esc. : coord. > ind. > subst. = adj. > princ.

As orações independentes também têm uma boa posição ao lado das adverbiais. As orações substantivas, as adjetivas e as principais, que são estruturalmente mais complexas, têm pequena ocorrência nas séries iniciais e uma distribuição mais equilibrada no 3º grau. Entre os mais escolarizados (3º grau), as orações independentes tendem a rarear bastante.

O quadro da escrita é um pouco diferente:

TABELA 16

TIPO DE ORAÇÃO QUE CONTÉM O OBJETO NULO EM TEXTOS
 ESCRITOS POR SÉRIE/GRAU

tipo	1ª/2ª		3ª/4ª		5ª/6ª		7ª/8ª		3º grau		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
subst	1	3	3	15	1	3	1	3	1	50	7	6
adv.	3	10	4	20	4	29	9	29	-	-	20	17
coord	16	52	12	60	22	65	20	65	-	-	70	59
indep	9	29	1	5	4	12	-	-	-	-	14	12
princ	2	6	-	-	2	5	1	1	1	50	6	5
adj.	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	1
Total	31	100	20	100	34	100	31	100	2	100	118	100

Nos textos escritos, as orações independentes com objeto nulo desaparecem a partir da 7ª série. Um fato interessante acontece no 3º grau: as duas ocorrências de objeto nulo estão em orações de sintaxe mais complexa: princ. e subst. (ex. Cap. II, 5.2.3). As coord. e adverb., tão frequentes nas séries iniciais e nos textos orais, não apareceram no 3º grau.

2.2.5. CONTEXTO POSTERIOR

Quanto ao contexto posterior ao OD nulo, a Tabela 17 mostra que esse objeto ocorre preferencialmente seguido de SPs que se referiram a ela (predicados de mini-oraco). Os antitpicos de sujeito ou de objeto, embora raros, também favorecem mais o uso do objeto nulo do que o contexto vazio.

TABELA 17
CONTEXTO POSTERIOR AO OD NULO

contexto post.	Ocor.	Total	%
cont. preenchido:			
S predicativo	4	8	50
antitópico	3	6	50
SPs	77	182	42
adv., SP adv.	45	147	31
OI, CN	8	46	17
or. s/ tempo	1	29	3
próclise	0	17	0
cont. vazio:			
fim de oração	284	1454	20
Total	422	1889	22

A posição final  a favorita para o OD preenchido (1454/1889 : 77%), que aí ocorre em abundância. Essa posição  despreferida pelo OD nulo (apenas 20%).

Observe-se que, nessa tabela, foram incluídas 17 ocorrências de próclise com verbo no final, que só apareceram com objeto preenchido, naturalmente.

A separação da Tabela 17 em textos escritos e orais oferecem resultados semelhantes, mas há alguns detalhes a serem comentados:.

Os textos orais, de modo geral em todos os níveis, apresentam objeto nulo com maior variedade de contextos posteriores. O fim da oração continua pou-

co preferido e menos ainda na escrita, isto é, para se usar OD nulo na escrita, é preferível que haja alguma coisa a mais na oração, depois dele.

Sendo o predicado de uma mini-oração, no caso um PP, o tipo mais frequente de contexto posterior ao OD nulo (que é o sujeito dessa mini-oração), faremos desse predicado _ incluindo o SA predicativo, que também é assim considerado, mas foi separado para que se percebam as diferenças de ocorrência com o PP _ um estudo à parte, embora tenha também o antitópico uma percentagem alta de apagamento. Se o OD nulo ocorrer como sujeito de mini-oração, diremos que houve nele um acúmulo de funções.

TABELA 18

OCORRENCIA DE OD NULO COM ACÚMULO
OU NÃO DE FUNÇÕES

acúmulo	Ocorr.	Total	%
não	345	1684	20
sim	77	205	37
Total	422	1889	22

Ao olharmos a Tabela 18 (geral), notamos significativa diferença entre o fato de o OD acumular ou não uma outra função, a de sujeito de uma mini-oração. Isso favorece a ocorrência de OD nulo.

Se separarmos essa tabela em textos escritos e textos orais, por série, teremos a Tabela 19.

Essa tabela mostra novamente que a ocorrência de de OD nulo é maior nos textos orais que nos escritos.

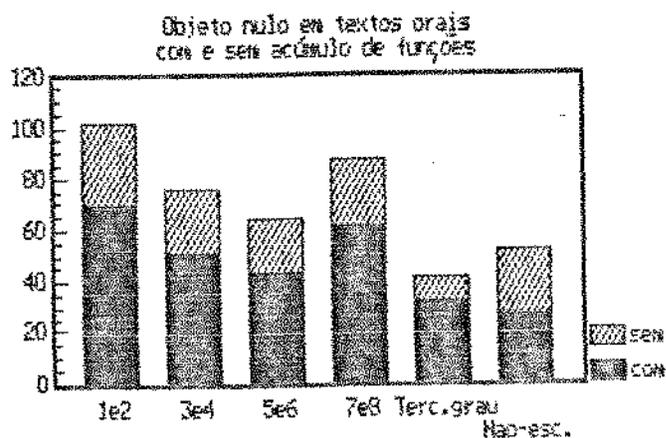
TABELA 19

EMPREGO DE OBJETO NULO EM TEXTOS
 ESCRITOS E ORAIS POR NÍVEL ESCOLAR
 COM OU SEM ACUMULO DE FUNÇÕES

texto	nível	SEM			COM			TOTAL		
		Appl.	Tot.	%	Appl.	Tot.	%	Appl.	Tot.	%
oral	1ª e 2ª	48	140	34	15	22	68	63	162	39
	3ª e 4ª	52	199	26	11	22	50	63	220	29
	5ª e 6ª	56	250	22	11	26	42	67	274	24
	7ª e 8ª	60	223	27	15	25	60	75	252	30
	3º grau	14	138	10	5	16	31	19	153	12
	não-esc.	23	85	27	3	12	25	26	97	27
escrito	1ª e 2ª	18	74	24	4	7	57	22	81	27
	3ª e 4ª	19	99	19	2	14	14	21	113	19
	5ª e 6ª	28	201	14	7	18	39	35	219	16
	7ª e 8ª	26	184	14	3	29	10	29	213	14
	3º grau	1	87	1	1	14	7	2	100	2
	TOTAL	345	1684	20	77	205	37	422	1889	22

O dado interessante, nessa tabela, é a percentagem bem maior de ocorrências de OD nulo se ele acumular funções. Isso acontece em todos os níveis de escolaridade. Entre os não-escolarizados esse fator não interfere na escolha. No Quadro 5, notamos logo essa preferência.

QUADRO 5



Já nos textos escritos, embora ainda com a mesma preferência no início (sem: 25% < com: 57%) e no final (sem: 1% < com: 7%) da escolaridade, há um período intermediário da oscilação.

De todo modo, o que vemos é que a escolaridade favorece o preenchimento do objeto, mas o fato de haver uma preferência desse objeto pelo acúmulo de funções não depende da escola.

2.2.6. CORRESPONDÊNCIA ENTRE A FUNÇÃO DO OBJETO NULO E A DO SEU ANTECEDENTE

Os dados afirmam que o OD nulo tem como antecedente, na maior parte das vezes, outro OD. Objetos com antecedente de igual função em 92% dos casos são nulos. Objetos com antecedente de função diferente em apenas 29% dos casos são nulos.

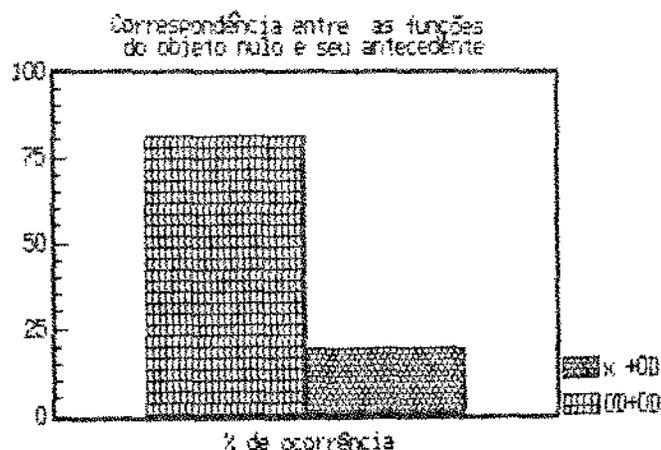
TABELA 20

CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS FUNÇÕES DO OBJETO NULO E SEU ANTECEDENTE

Função	Ocorr. %	Total	% de Ocorr.
igual	189 81	205	92
diferente	44 19	152	29
Total	233 100	357	65

Os objetos em série com antecedentes são numerosos e foram isolados para não enviesarem os dados. Também foram excluídos os objetos sem antecedente (arbitrários, ...) (cf. Tab. 10). Note-se que dos objetos analisados é alta a percentagem de OD nulo com antecedente da mesma função ($189/233 = 81\%$), como está evidente no Quadro 6. Entre os 44 de função diferente predominam os sujeitos (28 casos), havendo ainda SPs (7 casos), orações (2 casos), predicativos (2 casos), Tópico (1 caso) e antitópico (1 caso).

QUADRO 6



Se separarmos os objetos diretos nulos com antecedente de igual função em textos orais e escritos, como nas Tabelas 21 e 22, fica claro que o lugar desse antecedente é fora do período, principalmente na fala.

TABELA 21
OBJETO DIRETO NULO COM ANTECEDENTE
DE IGUAL FUNÇÃO EM TEXTOS ORAIS

antec.	1º grau ocor. %		3º grau ocor. %		não-esc. ocor. %		Total ocor. %	
no período	9	7	0	0	0	0	9	7
fora do per.	113	93	8	100	10	100	131	100
Total	122	100	8	100	10	100	140	100

TABELA 22
OBJETO DIRETO NULO COM ANTECEDENTE DE
IGUAL FUNÇÃO EM TEXTOS ESCRITOS

antec.	1º grau ocorr. %		3º grau ocorr. %		Total ocor. %	
no período	8	17	0	0	8	17
fora do per.	38	83	0	0	38	83
Total	46	100	0	0	46	100

Se olharmos para o antecedente de função diferente, veremos que, na linguagem oral, ele só ocorreu fora do período.

TABELA 23

OBJETO NULO COM ANTECEDENTE DE FUNÇÃO DIFERENTE
EM TEXTOS ORAIS

Lugar do antec.	1º grau		3º grau		não-esc.		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
No período	0	0	0	0	0	0	0	0
Fora do período	27	100	2	100	3	100	32	100
Total	27	100	2	100	3	100	32	100

TABELA 24

OBJETO NULO COM ANTECEDENTE DE FUNÇÃO DIFERENTE
EM TEXTOS ESCRITOS

Lugar do antec.	1º grau		3º grau		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
No período	3	23	0	0	3	23
Fora do período	10	77	0	0	10	77
Total	13	100	0	0	13	100

No 3º grau, não ocorreu objeto nulo na escrita, mas no 1º grau a percentagem de antecedente fora do período é bem maior do que de antecedente no período (77% vs 23%).

Resumindo, não há diferença significativa entre crianças e adultos nesse particular: todos usaram preferencialmente o objeto nulo com antecedente de igual função e fora do período em que está o objeto nulo. Os referentes de função diferente só foram usados na escrita e em poucos casos.

2.2.7. OS TRAÇOS HUMANO/INANIMADO DO ANTECEDENTE

Este fator já foi bastante analisado nos trabalhos variacionistas. Os dados em estudo comprovam os resultados apresentados por esses trabalhos: o antecedente do OD nulo tem de preferência o traço "inanimado":

TABELA 25

OBJETO NULO E ANTECEDENTES *HUMANO* e *INANIMADO*

antec.	Ocor.	Total	%
Humano	65	212	31
Inanimado	235	322	73
Total	300	534	56

Vejam os, agora, como ocorre essa escolha do antecedente, através da ação da escola. A distribuição dos dados por série e tipo de texto mostra que quem mantém essa preferência são os escolares (5ª a 8ª s.) e os não-escolarizados. Os adultos do 3º grau, que só usaram objeto nulo na fala, não fizeram distinção entre "humano" e "inanimado". Note-se que, na fala dos escolares a dominância do antecedente "inanimado" é forte, com significância estatística acima de 10,0 ("Cochrane Q Test"). Já o mesmo não aconteceu na escrita, em que os escolares de 1ª a 4ª séries escolheram como os do 3º grau, com diferença insignificante ($\chi^2 < 3,62$) entre as duas opções. É interessante que isso tenha acontecido na escrita (mais formal), de modo semelhante à fala dos adultos mais escolarizados.

Notas do Capítulo II

<1> Refiro-me aqui ao fato de que o pesquisador deve proporcionar condições para que os dados ocorram, mas esses dados não devem ser monitorados e sim naturais.

<2> Exemplos criados. Havendo uma fonte, esta será citada.

<3> Entre parênteses está a série ou grau de escolaridade.

<4> Incluímos aqui aqueles verbos transitivos de que se diz terem sido "usados intransitivamente", como

Eles estavam comendo CV.

Os exemplos clássicos colocam o objeto nulo de referência arbitrária sempre com "dupla função", como no exemplo (8)d. de Rizzi (1986):

Isto conduz \emptyset a concluir como sempre.

Embora consideremos a validade de se tentar separar esses dois tipos de construção, não nos comprometemos neste trabalho a fazê-lo.

(5) Igual classificação receberam exemplos em que o provável co-referente está no discurso, mas não há vínculo entre ele e o objeto direto, como abaixo:

"... Quando elas estavam distraída a ladro pegou a bouça dela quando Elas ião paar não acharam a bouça delas.

... Elas falou para o guarda pagar (=pegar) Ø quado eles pegaram Ø ele falou que não estava com ele ..." (1ª s.)

(6) Incluí nesse caso frases como:

"... e pegou a carteira de dinheiro e guardou Ø no bolso " classificando também esse Ø SP como predicado de "small clause".

(7) Foi realizado, na análise dos dados, o teste de significância estatística, no caso o de .05 (Cochrane Ø Test).

(8) Lembramos aqui o estudo de Duarte (1986), cujo trabalho sobre o objeto nulo, que inclui, entre os escolares, especialmente os de 2ª e 3ª graus, apresenta resultados compatíveis com os nossos.

(9) Os termos "referente" e "antecedente" estão sendo usados alternadamente neste estudo e quase como sinônimos, estando o 1º mais ligado ao conteúdo referencial e o 2º, mais ao conteúdo sintático do OD nulo.

CONCLUSÕES

Inicialmente podemos afirmar que, em geral, o OD faz parte de uma informação nova na sentença e, como tal, aparece, preferencialmente, no final da oração, em forma de expressões cristalizadas pelo uso, orações, pronomes seguidos de oração e, principalmente, em forma de SNs. No entanto, pode também transmitir a reiteração de uma informação dada anteriormente, embora num uso mais restrito.

Esses objetos pressupostos, referenciais, colocam o PB numa classificação à parte entre as demais línguas românicas, por apresentar um leque diferente de opções: além do clítico e do SN anafórico, apresenta também o pronome lexical "ele" (e flexões) e o objeto nulo endofórico, o que o faz diferente das línguas irmãs. Estas também apresentam objeto nulo, mas com referência indeterminada ou exofórica. Além destes, que constituíram, neste estudo, aproximadamente um quinto do total de objetos nulos, o PB apresenta o de referência específica, de largo uso entre os demais e que tem no corpus estudado (que se constituiu de narrativas espontâneas) seu co-referente, na maioria das vezes, no discurso. Neste caso, pode estar preferencialmente antes _ haja vista a despreferência do objeto nulo em ocorrer nas orações principais _ ou depois do objeto nulo. Mas também pode estar fora do discurso, na situação. Em termos gerativistas, o antecedente, quando presente, encontra-se, em geral, em posição não-argumental, mas aqui apareceram casos em que esse antece-

dente estava em posição argumental, estando o objeto nulo numa oração adverbial, como em

(53) " Quero algo_i para comer \emptyset_i "

Neste caso, a teoria diz que existe um operador nulo em Comp da subordinada ligado ao objeto nulo e que a relação entre eles e o SN argumental com o mesmo índice é apenas de co-referencialidade, como abaixo:

(54) Quero algo_i [CP \emptyset_i para comer \emptyset_i

Quanto ao clítico, seu contexto favorito é a língua culta escrita. Não sendo "natural" entre os falantes mais jovens, tem de ser aprendido. Sua aprendizagem coincide com a aquisição da concordância, entendida aqui como a aquisição da pluralidade redundante, uma vez que os traços de pessoa e gênero são adquiridos na primeira infância. A relutância em se usar o clítico na fala é comparável à de se usar o pronome pleno na escrita culta. Entre os menos escolarizados, o clítico não ocorre e, na escrita culta, o pronome pleno não ocorre. A fala dos mais escolarizados admite, embora com restrição, o pronome lexical, assim como, de modo mais liberal, o objeto nulo.

Se os mais cultos deixassem de usar o objeto nulo e o pronome pleno, poderíamos dizer que sua linguagem é igual, nesse aspecto, ao PE. Mas o uso residual, após anos de treinamento escolar, do objeto nulo, mesmo na fala culta nos leva a entender que o uso do clítico e o preenchimento do objeto nulo são comportamentos adquiridos com a aprendizagem de uma língua variante, a culta, no PB, e que a gramática do mesmo tem uma estrutura capaz de conter todas essas opções, sendo mais ampla que a do PE e das línguas românicas em geral, sen-

do o objeto nulo uma forma não-marcada de objeto referencial.

Esses fatos colocam o PB entre as línguas que recuperam suas elipses em sua referencialidade através de elementos de fora da sentença e até de fora do discurso, classificando-se como uma "língua voltada para o discurso".

Mesmo o co-referente do objeto nulo estando no discurso, os dados mostram que seu lugar favorito é fora do período onde se encontra o objeto nulo. Estando no período, é quase sempre nas orações coordenadas e, em poucos casos, pode estar na oração principal ou numa adverbial. Isso porque o que temos entre o objeto nulo e seu referente é um problema de co-referência e não de ligação, isto é, o co-referente pode estar em lugares variados, importando o fato de que esse lugar é não-argumental. O objeto nulo do PB é um pronome que não requer c-comando.

Portanto, vimos até aqui que existem diferenças entre o uso referencial do objeto direto entre crianças e adultos escolarizados: quanto menos escolarizados e menores, os falantes mais utilizam uma gramática voltada para a situação e para o discurso. Os não-escolarizados comportam-se, nesse aspecto, como os alunos do 1º grau.

A aquisição do clítico e o preenchimento do objeto nulo são acompanhados pela aquisição do traço [+ número], redundante, da concordância verbal. Vimos, pelos dados, que o preenchimento do objeto nulo é progressivo e que o uso da concordância e do clítico também. Isso tanto em textos orais como em textos escritos. A diferença entre eles está no modo como isso ocorre: quando se utiliza do plural, o escolar o faz corretamente, assim como os não-escolarizados; o mesmo não ocorre com o uso do clítico, que passa por uma fase

Essa listagem pode ser acrescida com o traço semântico [-animado] do co-referente e com a correlação entre a função sintática do co-referente e a do objeto nulo. Quando esse referente é também OD, há maior ocorrência de não-preenchimento. E isso acontece, neste estudo, em 80% dos casos. Não há diferença significativa entre crianças e adultos escolarizados.

Diferentemente do objeto preenchido, o objeto nulo quase não ocorreu em final de oração. Seu contexto posterior favorito são os SPs que são seus predicados. A preferência pelo objeto nulo quando este acumula funções é geral, não importando o nível de escolaridade. Em síntese, o objeto nulo é usado de preferência seguido de sintagmas preposicionais, ao contrário do preenchido, que encerra a oração, talvez por ser a posição final uma posição de foco, e o objeto nulo ser quase sempre informação velha.

Após este estudo, podemos afirmar que ao comparar o PB oral com o escrito, quanto ao preenchimento/não preenchimento do objeto direto, deparamo-nos com uma série de fatores que condicionam a escolha do falante por um deles.

Voltando à pergunta feita inicialmente sobre a possibilidade de ter havido uma refixação de parâmetro na aquisição do objeto preenchido, reportamo-nos à literatura sobre a aquisição da linguagem pela criança. Nessa teoria há duas visões sobre como a criança adquire a linguagem que equivalem à hipótese da continuidade e a da maturação. Segundo a hipótese da maturação, as crianças passam por várias gramáticas terminais equivalentes a cada fase de aprendizagem, isto é, cada fase da gramática infantil é um tipo de gramática terminal. Por esse prisma, há refixação de parâmetro. Segundo a hipótese da

maturação, só se fixa parâmetro uma vez e a gramática infantil não é semelhante a nenhuma gramática terminal. Por esse ponto-de-vista não há refixação de parâmetros. Pessoalmente acredito nesta última hipótese mas, como os dados escolares já apresentaram uma gramática completa e não trabalhei com dados da 1ª infância, não entrarei no mérito da questão.

O que podemos dizer é que podemos relacionar os resultados conseguidos com o que se convencionou chamar de um caso de diglossia. Quanto a essa visão de diglossia, vejamos o que apresentou Paulo A. Froehlich (1975) sobre a variação lingüística. Para esse autor, as categorias usadas pelas duas variedades são as mesmas, mas com a morfologia bastante reduzida ou simplificada na variedade coloquial, dita B, em oposição à A, culta. Como características da variedade B Froehlich cita (pág. 173):

1. A indicação do plural e a concordância bastante reduzidas (grifo: nosso);
2. Redução dos tempos (especialmente os compostos);
3. Redução dos pronomes: eu, você, ele, a gente;
4. Advérbios em -mente substituídos por "com + substantivo";
5. Frases mais curtas;
6. Ele, ela, eles em função de objeto;
7. Ausência quase total de subjuntivos;
8. Redução de frases dependentes.

A essa listagem acrescento:

9. Presença de objeto direto nulo com referência específica.

Quanto à estrutura gramatical descrita pelo autor para as variedades A e B, permitimo-nos dizer que deve existir uma gramática complexa, no PB, que deve ser ampla o suficiente para incluir toda a variedade que observamos nestes dados, inclusive os da variedade A, que supomos aprendida, já que não é utilizada na infância. Como vimos, o falante culto emprega o clítico, assim como o objeto nulo e até o pronome lexical na fala coloquial. Da mesma forma, vemos escolares já utilizando o clítico, sem, contudo, ter abandonado as outras formas de objeto referencial. Em resumo, diante dos fatos analisados, podemos nos perguntar como é possível que o adulto, tendo preenchido o objeto nulo, continue a usá-lo.

Um trabalho que ainda está por ser feito é o estudo do objeto direto na 1ª infância no PB. Supomos que sua gramática seja a mais voltada para o discurso e, portanto, com uma percentagem bem alta de objetos nulos de referência exofórica, praticamente sem concordância de número e, inicialmente, até de pessoa.

Resta-nos, ainda, a preocupação didática, conscientes como estamos da função da escola nesse processo de aprendizagem da variedade culta, como este estudo procurou demonstrar. As gramáticas escolares ainda não registraram o objeto nulo como uma opção entre os ODs. Nós afirmamos que, além de existir, ele pode ser classificado. Usando as CVs de Chomsky, já mencionadas, podemos dizer que o objeto nulo, no PB, pode ser:

a) pro, como em

(ref. no discurso)_i Ele viu CV_i

b) variável (não incluída neste estudo), nas perguntas:

[O que]_i [S você disse que ela comprou CV_i?

c) expressão-R:

Pegue \emptyset

[+dêitico]

d) arbitrário:

Estava ali comend \emptyset .

Uma vez reconhecidas suas funções, tanto social como linguística, não há como menosprezar o valor dessa CV (para a quase totalidade dos falantes "inexistente") no estudo gramatical do PB.

BIBLIOGRAFIA

- BORER, H & K. WEXLER (1987) "The Maturation of Syntax" in Rieber e Williams (eds.) PARAMETER SETTING. Dordrecht; Foris, 123-172.
- CHOMSKY, N. A. (1981) LECTURES ON GOVERNMENT AND BINDING. Dordrecht, Holanda. Foris.
- COLE, P. (1987) "Null Subjects in Universal Grammar" in LINGUISTIC INQUIRY, 18; 597-612.
- DOWNES, W. (1984) LANGUAGE AND SOCIETY. London. Fontana Paperbacks.
- DU BOIS, J. W. (1980) "Beyond Definiteness: The Trace of Identity in Discourse" in THE PEAR STORIES: COGNITIVE, CULTURAL AND LINGUISTIC ASPECTS OF NARRATIVE PRODUCTION, Norwood, N. J.: Ablex, 203-274.
- DUARTE, M. E. L. (1986) VARIACÃO E SINTAXE: CLÍTICO ACUSATIVO, PRONOME LEXICAL E CATEGORIA VAZIA NO PORTUGUÊS DO BRASIL. Dissertação de Mestrado. PUCSP.
- FARRELL, P. (1987) "Empty Objects in Brazilian Portuguese" UCSD, mimeo.
- FISHMAN, I. A. (1972) "The Sociology of Language" in P. P. Giglioli (ed.) LANGUAGE AND SOCIAL CONTEXT. Harmondsworth, Middlesex; Penguin Books.
- FLORES, L., MYHILL, J. & TARALLO, F. (1983) "Competing Plural Markers in Puerto Rican Spanish" in LINGUISTICS 21; 897-907.

- FROEHLICH, P.A. (1975) "Brasil - Língua Padrão ou Diglossia?" in REV. DE LETRAS DE ASSIS, nº 17, 165-177.
- GALVES, C. (1984) "Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil" in CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, vol. 7; 107-136. UNICAMP.
- _____ (1987) "A Sintaxe do Português Brasileiro" in ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA, vol. 13; 31-50, Fac. de Letras da UFMG.
- _____ (1988) "Objeto Nulo e Predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português brasileiro" in D.E.L.T.A., vol. 4.2; 273-290.
- _____ (1989) "O Objeto Nulo no Português Brasileiro: percurso de uma pesquisa" in CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 17; 65-90, UNICAMP.
- GOFFMAN, E. (1972) "The Neglected Situation" in P.P. Giglioli (ed.) LANGUAGE AND SOCIAL CONTEXT. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- GREGOLIN G., R.M. (1988) A CATEGORIA VAZIA NA POSIÇÃO DE OBJETO EM PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM REPRESENTACIONAL. Dissertação de Mestrado. Univ. Fed. Paraná.
- GUY, G.R. (1980) "Variation in the group and the individual, the case of final stop deletion" in W. Labov (ed.) 1980 LOCATING LANGUAGE IN TIME AND SPACE. N.Y. Academic Press.
- HALLIDAY, M. & R. HASAN (1976) COHESION IN ENGLISH. London: Longman Group Limited.

- HUANG, C.T.J. (1984) "On the Distribution and Reference of Empty Pronouns" in LINGUISTIC INQUIRY, 15.4, 531-574.
- HYMES, D. (1972) "Toward Ethnographies of Communication: the analysis of Communicative Events" in P.P. Biglioli (ed.) LANGUAGE AND SOCIAL CONTEXT. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- LI, C. & THOMPSON, S. (1976) "Subject and Topic: a New Typology for Language" in C. Li (ed.) SUBJECT AND TOPIC. New York: Academic Press.
- KATO, M.A. (em prep.) "Null Pronominal Object in Brazilian Portuguese"
- LABOV, W. (1972) SOCIOLINGUISTIC PATTERNS. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press.
- _____ (1972) "Where do grammars stop?" University of Pennsylvania Press.
- LAVANDERA, B.R. (1977) "Where does the Sociolinguistic Variable Stop?" Stanford University, mimeo.
- NISHIGAUCHI, T. & ROEPER, T. (1987) "Deductive Parameters and the Growth of Empty Categories" in T. Roeper e E. Williams (eds.) PARAMETER SETTING, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company, 91-121.
- OMENA, N.P. de (1978) PRONOME PESSOAL DE TERCEIRA PESSOA: SUAS FORMAS VARIANTES EM FUNÇÃO ACUSATIVA. Dissertação de Mestrado, PUC, Rio de Janeiro.
- PONTES, E. (1981) "Da Importância do Tópico em Português". ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, V.2. Rio de Janeiro, PUC.

- POPLACK, S. (1980) "The Motion of Plural in Puerto Rican Spanish: Competing Constraints on <s> Deletion" in W. Labov (ed.) 1980 LOCATING LANGUAGE IN TIME AND SPACE. New York Academic Press.
- RAPOSO, E. P. (1986) "On the Null European Portuguese" in STUDIES IN ROMANCE LINGUISTICS, Jaeggli, O. e C. Silva-Corvalan (eds.), Foris, Dordrecht.
- RIZZI, L. (1986) "Null objects in Italian and the theory of pro". LINGUISTIC INQUIRY, 17.3, 501-557.
- SANKOFF, G. (1980) THE SOCIAL LIFE OF LANGUAGE. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press.
- TARALLO, F. (1983) RELATIVIZATION STRATEGIES IN BRAZILIAN PORTUGUESE. Tese de Doutorado. Univ. of Pennsylvania.
- TARALLO, F. & M. KATO (1989) "Harmonia Transistêmica: variação intra- e interlingüística". PREDIÇÃO 8, Campinas.
- WHEELER, D. (1981) "Object Deletion in Portuguese", LSRL IX.

ANEXO

TRANSCRIÇÕES

DANIELA, 1ª série

_ ô Daniela ... a Daniela tem 7 anos, né? ... como é que foi aquela história do roubo da lanchonete?

_ então... tinha duas mulher na lanchonete ...pediram lanche pras mulher comê ... e chegô um ladrãozinho daí sentô na mesa e falô "eu posso comê junto?" ...daí elas falô que podia ... daí eles foi comê junto daí eles tavam ...daí ele ta- brin- puxando ... o ladrão queria pegá a bolsa da mulher ... ele pegava a mulher puxava pro lado dela ... daí ele pegava a mulher puxava ... aí ele pegô ponhô dentro da camisa sem ela vê ela tava distraída comendo e lendo a cartilha ... daí ela ele pegô colocô dentro da camiseta e saiu ...

_ ela não viu?

_ não ... daí ela foi lá ele saiu daí ela falô na hora de pagá a conta e ela não achou a carteira queria pagá ... daí ela foi lá correu falô pra polícia a polícia foi atrás dele conseguiu e trouxe pra lanchonete e falô o la- "cadê a bolsa dela?" ele (...) dela e ...

_ ele falava que tinha roubado? falava que não...né?

_ não ... ele falava que não tinha roubado ... daí a mulher ca- revistou ele e achou daí ela falô daí ela não pagou e ele foi pro xadrez e ela não pagô a conta ...

ALEXANDRE, 39 grau completo.

bom ... eu tava na lanchonete e ... observei lá duas moças que tavam lá ... a bater papo uma com a outra provavelmente duas amigas ... e nesse meio ter- e nesse meio tempo chamou a atenção um rapaz muito mal vestido e mal- encarado desses até que a intenção já tá ... a má intenção já tá no rosto né ... depois de muito bate-papo com os guardas ele conseguiu entrar na lanchonete ... mas ele já entrou com uma atitude um pouco agressiva ... já entrou chamando a atenção ... é ... talvez até querendo intimidar né? ... e ele entrou chutando já o banquinho ... já batendo no balcão ... mexendo com as garçonetes ... e pediu pra se sentar junto com essas duas moças de quem eu já tinha falado ... eu não sei se por medo que ele fizesse algum es- algum pampeiro ou até talvez até já conhecessem ... não sei direito o motivo mas sei que elas permitiram que ele se sentasse ali ... só que não deram nenhuma atenção a ele ... elas já tinham pedido o lanche e nesse meio tempo aguardando o lanche ficaram lendo uma revista ... veio a garçonete e trouxe o refrigerante e lanche dê- delas ... e ele aproveitou ali que elas já tinham deixado ele ... sentar com elas e ficou ... já foi tomando o refrigerante ... comeu os lanches delas mas de olho já numa carteira que uma das moças que tava de costas deixou sobre a mesa ... enquanto elas lêem revista olha daqui olha de lá ele viu que não tinha ninguém prestando atenção não viu que eu tava olhando ali e: ... derrubou a carteira no chão bem discretamente ... deu o gato na carteira né ... abaixou já embolsou a carteira e foi saindo muito naturalmente .. agradeceu as moças ... pelo lanche tal ..dizendo que ele tinha passado

fome que aquilo elas tinham matado a fome dele e tal ... passou e fez um sinalzinho bem característico pros guardas e foi embora ... pouquinho coisa depois me chega a garçonete com a conta ... bom ... vão as moças pagar a conta ... no que vai procurar a carteira cadê? ... nada de carteira ... aí já preocupada procura daqui procura de lá foram lá reclamar pros guardas ... acharam que tinha sido o rapaz que tinha sentado com elas ... e ... saem os guardas sai todo mundo procurar ... daqui a pouquinho volta o guarda com o rapaz lá ... já volta batendo no rapaz espancando ele ... baixando o cassetete nele ... aí foram lá revistaram o rapaz e a carteira de fato tava com ele ... as moças muito bravas já aproveitaram também... deram seu tapinha lá no rapaz amassaram a conta e disseram que não iam pagar não porque a segurança da lancheonete era muito ruim ... e foram embora...

TERESA, não-escolarizada

_ Ô... dona Teresa ... diz que a senhora viu um roubo na lancheonete ali? como é que foi?

_ vi ... eu fui entrando na lancheonete ... e sentei ... e fiquei ouvindo as duas moças que tavam esperando o ... a garçonete ... pra servir elas ... depois elas ficaram conversando uma com a outra ... entrou esse malandrinhô ... e ficou junto com elas ali ... né ... como coisa que ele tivesse também comendo mais elas ... mas ele não tava comendo ... ele tava querendo roubar a bolsa delas, né? ... ele puxava a bolsa do lado dele ela puxava do lado delas ... aí ... a hora que ela ficou distraída conversando uma com a outra ele pas-

sou a mão na bolsa ... roubou pônhou dentro da camisa ... e saiu pra fora ... aí elas queria pagar a conta da lanchonete e ... procurou a bolsa e não achou ... a... a garçonete chegou pa receber ... não achou a bolsa ... aí que eles saíro atrás do ladrãozinho ele já tinha se mandado ... aí chegaro as polícia ... e a ... as menina as moça que tava na lanchonete ... comeno ... foi atrás da polícia a polícia foi atrás dele e encontrou...

_ e trouxeram pra lanchonete de volta?

_ trouxeram pra lanchonete de vorta ele tava com a bolsa escondida dentro (risos) da camisa dele...

_ e aí?

_ aí a policia catô ele e levô ele pu xadreis...

_ e elas?

_ e elas ficaro sem sabê o que fazia procurando a bolsa delas

_ mas depois que achou a bolsa elas pagaram tudo certinho?

_ não ... não pagaro ...

_ ah ... então ...

_ ficô sem pagá (risos)

_ por que será que eles não pagaram?

_ elas não pagaram porque: e- ele foi pu xadreis e elas ficaro atrapalhada por causa de vê aquilo tudo e ... não conseguiu pagá ...

_ ficou com raiva ...

_ ficou com raiva (risos).

Rouge na fanchonete

Na última sexta-feira, assisti a uma reunião em uma fanchonete. Foi uma reunião de discussão em uma fanchonete. Foi uma reunião de discussão em uma fanchonete. Foi uma reunião de discussão em uma fanchonete.

Estavam presentes em um café, agitando-se sem atender, duas jovens estudantes, quando tinham na fanchonete um papel mal-revista, com um aspecto agressivo, que foi logo chutado de as cadeiras e tirando os guardanapos de cima, que me fizeram que tinha o intuito de chamar a atenção para o meio.

Aproximou-se e pediu licença para sentar-se a mesa com elas e, naturalmente, elas o reconheceram, mas não se por pena ou porque já o conheciam.

Mas ele continuou insistente e repetitiva em suas atitudes, pedindo sem licença as banquinhas frias pela garçonete, tornando as refrigerantes encimadas e aborrecendo com tanto ao mesmo.

Enquanto elas se distraíam falando uma revista, e marginal jogou no chão a carteira de uma delas, que estava sobre a mesa, e espalhou-a desafortunadamente, essa atitude - a no bolso.

nome: Oláudia - 8ª A - 16 anos

O Roubo

Duas amigas resolveram ir tomar um lanche em uma lanchonete que estavam inaugurando.

Elas entram e sentaram-se e logo depois chamou o garçom e pediu um lanche.

Depois de alguns minutos entrou na lanchonete uma garota muito estranha usando um óculos escuros e um jornal cobrindo o seu rosto.

Entrou e começou a andar de um lado para o outro. Muito estranha aproximou-se das garotas, cumprimentando-as com um forte tapa nas costas, sentou-se ao lado delas e logo percebeu que a bolsa de uma delas estava sobre a mesa.

A garota (ladra) disfarçou-se colocando o jornal na frente de seu rosto para armar um jeito de poder furtá-la.

Tentou várias vezes, mas não teve jeito, então ela resolveu tentar de outra maneira.

Ela chamou o garçom e pediu algo para comer e beber, o garçom ao servi-la educadamente percebeu que ela ficou estranha, irritada e muito nervosa.

A ladra colocando seus planos em ação, jogou a bandeja para o alto, provocando uma confusão, mas não deu certo, pois as meninas não se levantaram.

Passada toda essa confusão as meninas pediram algo para comer. Quando o garçom foi servi-las ele tropeçou e estremeceu na mesa derrubando todo o lanche.

As garotas irritadas com o garçom chegaram até a se esquecer da ladra.

Foi nesta hora que ela aproveitou a oportunidade, roubou a bolsa e saiu a fim tomar um táxi.

En son Izabel Ederie - 2

Tenho 7 anos

Robo de lanchonete

- Era uma vez um robo de lanchonete tinha umas meninas na lanchonete.
- Elas estavam sujezadas depois chegou um ladrao ele queria pegar o dinheiro.
- Quando elas estavam distraidas o ladrao pegou a bolsa delas quando elas são para não acharam a bolsa delas.
- Elas falava para o guarda pagar quando elas pegaram ele falou que não estava com ele mas elas enfiaram a mão dentro da carteira dele a bolsa estava lá.
- Elas recusaram não pagar porque elas estava pensando na quilo.
- Mas depois elas ficaram comendo tranquilo.
- Elas pediram dois pão e dois sucos.